

PORTE PAGO
DTR/PR
ISR - 48 - 420/87

Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Impresso

SUMÁRIO

O Brasil e as inovações da teoria econômica <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	2
A indústria do Paraná em 2004 <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	8
E xportações paranaenses: conjuntura e perspectivas <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior</i>	11
C omportamento do IPCA em 2004 <i>Alan Ianke dos Santos, Fernando H. Mendes de Lima e Shelbert Braz</i>	13
E stimativas para a safra paranaense de verão <i>Alan Ianke dos Santos, Fernando H. Mendes de Lima e Shelbert Braz</i>	15
P araná – Destaques Econômicos <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior, Alan Ianke dos Santos, Fernando H. Mendes de Lima e Shelbert Braz</i>	17
E conomia Paranaense Indicadores Seleccionados	20

O Brasil e as inovações da teoria econômica

Gilmar Mendes Lourenço*

A conduta e as freqüentes declarações das autoridades econômicas brasileiras enfeixam as contradições e as fragilidades da política macroeconômica do país. Em entrevista concedida às páginas amarelas da revista *Veja*, na edição de 19 de janeiro de 2005, o engenheiro civil, mestre em Administração, ex-presidente do BankBoston e atual presidente do Banco Central (BC) do Brasil, Henrique Meirelles, fez observações que não resistiriam aos mais elementares testes científicos no terreno das Ciências Econômicas.

O Chairman do BC classificou como avanços de compreensão e intervenção recentes, ou “metodologias modernas de administração monetária e macroeconômica”, o emprego de ingredientes conservadores seculares, particularmente o ajuste fiscal e o câmbio flutuante, ou de técnicas de controle de preços limitadas e discutíveis como o regime de metas de inflação.

O argumento mais adequado talvez fosse que as condições de operação em um contexto de liberalização comercial, cambial e financeira, maior disciplina fiscal, menor participação do Estado no cotidiano econômico, intensificação das privatizações e da desnacionalização, e resgate da noção de valor e relativa estabilidade de preços configuram fenômenos recentes na economia brasileira.

Isso é especialmente verdadeiro, a ponto de o BC não conseguir incorporá-las integralmente em seus modelos de previsão, que são centrados na busca de construção de equações macroeconômicas e na preparação de parâmetros, originados de dados e informações pretéritas, que traduzem as peculiaridades de um marco de funcionamento do organismo econômico diametralmente oposto ao atual.

Meirelles atingiu o ápice do disparate ao afirmar, para o aludido veículo de comunicação, que os juros brasileiros não são elevados, pois se o fossem produziram expectativas de inflação em patamares inferiores às metas estipuladas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Na mesma direção, em sua exposição no Encontro Anual do Fórum Econômico Mundial, realizado em Davos, na Suíça, Meirelles ilustrou sua tese por meio do emprego do artifício das médias históricas, indicativas de juros reais de 20,0% ao ano entre 1994 e 1999, 12,0% a.a. entre 1999 e 2003 e 10,0% em 2004, sem efetuar qualquer ligação ou comparação com o ambiente econômico mundial ou levar em conta as circunstâncias de instabilidade

macroeconômica internacional e brasileira, que notabilizaram o intervalo 1994-2003.

Meirelles também imputou a resistência à queda dos juros primários brasileiros às condições de risco implícitas na história recente e ao calor do debate econômico no país. O presidente do BC também omitiu que essa carga de juros vem sendo coberta – ou ao menos uma parte dela, porque a outra é incorporada ao estoque da dívida – com a geração de superávits fiscais primários procedentes primordialmente da ampliação da carga tributária, pois as despesas primárias do governo central, principalmente com pessoal e benefícios previdenciários, passaram de 16,7% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2003 para 17,4% do PIB em 2004.

Para coroar sua retórica pouco consistente, Meirelles considerou o conteúdo das queixas empresariais carregado de agressividade e de ameaças catastróficas. Ainda em Davos, Meirelles assegurou inexistir, na história recente, um país que tenha conseguido experimentar crescimento econômico com inflação elevada e/ou descontrolada. Com isso, Meirelles demonstrou desconhecer, ou ao menos ignorar, os fatores determinantes da trajetória macroeconômica brasileira na segunda metade dos anos 1980.

Ademais, para justificar a inovação contida no mecanismo de sustentação da estabilidade dos movimentos de preços, baseado na determinação das metas de inflação, Meirelles empreendeu uma regressão ao último quarto do século passado, simplificando os objetivos do choque de juros, promovido por Paul Volker, presidente do Federal Reserve (FED), Banco Central dos Estados Unidos (EUA), no final de 1979, à obtenção do controle das pressões inflacionárias por meio da compressão dos agregados monetários.

Meirelles não lembrou que, naquela época, a deterioração dos fundamentos macroeconômicos extrapolava o campo da inflação, exigindo a escolha de estratégias radicais que assegurassem, ao mesmo tempo, a condição de moeda referência do mundo econômico capitalista, assumida pelo dólar, depois de

*Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Bretton Woods, e o financiamento do mega-déficit fiscal dos EUA, em meio aos efeitos recessivos ocasionados pelo segundo choque do petróleo, deflagrado pela Organização dos Países Produtores e Exportadores de Petróleo (OPEP), depois da revolução político-religiosa acontecida no Irã. Essencialmente, a decisão de Volker representou a raiz da crise do endividamento externo e da hiperinflação que atingiu os países periféricos ao longo da década de 1980.

Contrariando a avaliação parcial de Meirelles, e de forma semelhante aos instrumentos empregados por Volker, os ingredientes do regime de metas de inflação contribuem para deprimir os agregados monetários e, por extensão, para constrianger os níveis de atividade econômica, especificamente o investimento em capital fixo, a produção e o emprego.

Por certo, essa situação foi encoberta em 2004 pelas ramificações domésticas do enorme superávit comercial de US\$ 33,7 bilhões – notadamente a utilização das margens de ociosidade industrial acumuladas durante o ciclo recessivo de 2003 –, conquistado pelo país graças à inserção plena, na dinâmica expansiva da economia mundial, daqueles empresários que procuraram de forma “agressiva” aprimorar seus níveis de eficiência e competitividade, para enfrentamento das ameaças e aproveitamento das oportunidades oferecidas pelo ambiente de maior concorrência ditado pelos mercados globalizados.

Convém atentar que o movimento recente do comércio exterior brasileiro está intimamente relacionado com as decisões das empresas ocorridas desde as alterações de preços relativos resultantes da desvalorização e das mudanças do regime cambial, ocorridas em janeiro de 1999 e otimizadas pelo episódio da depreciação de 2002 e 2003.

De fato, apostando no caráter permanente do *drive* exportador, o setor privado atuante no país passou a executar estratégias de investimento, promoção comercial e de arranjos produtivos para potencializar os esforços de exportação e as capacidades de substituição de importações. Com vendas externas de US\$ 96,5 bilhões (contra importações de US\$ 62,8 bilhões), o Brasil ocupou o 12º posto no *ranking* mundial de países exportadores, contra o 28º lugar em 2003 e a 33ª posição no intervalo 1999-2002.

Especificamente entre 2001 e 2004, foram implementadas políticas monetárias e fiscais expansionistas nos Estados Unidos, interferindo positivamente no comércio e na liquidez mundial. A taxa de juros básica dos EUA caiu de 6,5% ao ano, em janeiro de 2001, para 1,0% a.a. em junho de 2003, ficando neste nível até junho de 2004, quando sinais de reativação econômica acompanhados de pressões inflacionárias ensejaram o surgimento de uma trajetória ascendente, atingindo 2,6% a.a. em janeiro de 2005, com projeções entre 3,5% e 4,0% em dezembro de 2005, dependendo do comportamento da inadimplência dos consumidores daquele país, que cresceu quase 5,0% em 2004, escorada na valorização imobiliária.

As reduzidas taxas de juros propiciaram o retorno do curso expansivo da economia mundial e a migração das correntes financeiras para ativos com maior rentabilidade

Rigorosamente, as reduzidas taxas de juros praticadas pelas principais economias industrializadas oportunizaram o retorno do curso expansivo da economia mundial e a reorganização dos fluxos financeiros na direção de ativos com maior rentabilidade, caso dos títulos dos países emergentes. Segundo o Instituto de Finanças Internacionais, com sede em Washington, a migração líquida de capitais privados para os mercados emergentes totalizou US\$ 279,0 bilhões em 2004, a maior cifra desde a instabilidade financeira e cambial que assolou o sudeste asiático em 1997, concentrada nas nações do Leste Europeu e Ásia (87,3% do total).

Em paralelo, o superávit fiscal de US\$ 236,0 bilhões (cerca de 1,1% do PIB), no começo do governo Clinton, foi transformado em déficit de US\$ 525,0 bilhões no final de 2004 (4,6% do PIB), sendo cerca de 60,0% do montante destinado ao pagamento dos juros dos títulos públicos norte-americanos. Essa drástica inversão de sinal nas contas públicas derivou da conjugação entre as estratégias de redução de impostos e de ampliação dos dispêndios com a indústria bélica, praticadas durante o primeiro mandato de George W. Bush.

Pelo ângulo das contas externas, o desequilíbrio em transações correntes passou de aproximadamente US\$ 300,0 bilhões, em 2001, para cerca de US\$ 630,0 bilhões em 2004, superando a marca de 5,0% do PIB, fruto da expressiva ampliação das importações e da estabilização das exportações em cerca de 10,0% do PIB. Cerca de 45,0% do déficit ocorreu com os asiáticos e 17,0% com a União Européia. Com a Ásia, o desequilíbrio esteve concentrado com a China (26,0% do total) e Japão (12,0%).

Essa necessidade de recursos superior a US\$ 1,3 bilhão por ano, para a cobertura dos progressivos déficits orçamentário e externo, e o declínio da rentabilidade dos papéis de longo prazo da maior economia do planeta explicam o acentuado enfraquecimento mundial do dólar, preponderantemente frente ao euro e ao iene.

No caso do Brasil, o extraordinário desempenho do setor exportador e seus desdobramentos domésticos estiveram estreitamente vinculados ao comportamento do agronegócio, que se apropriou, de forma bastante competente, dos excepcionais fatores de expansão internacionais (elevação da demanda e das cotações das *commodities*), dos efeitos residuais da depreciação cambial de 2002 e começo de 2003, da destinação de cerca de um terço dos desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para as atividades exportadoras, e do restabelecimento de algumas condições internas à ampliação da oferta de crédito agrícola para plantio, custeio e investimento, este

último item ancorado no Programa Moderfrota, otimizando a retaguarda de modernização desenvolvida por cooperativas e instituições oficiais como a Embrapa.

Mas, a colheita de resultados favoráveis pela indústria brasileira ocorreu a despeito das dificuldades impostas pela estratégia de abertura passiva do mercado interno às empresas e produtos estrangeiros e pelo conjunto de obstáculos tributários e logísticos à ampliação da capacidade exportadora do país. O parque automotivo, por exemplo, influenciado também pela enorme massa de incentivos fiscais concedidos pela União e pelos Estados, adequou suas bases e escalas de produção à fabricação de automóveis pequenos e chassis de ônibus, direcionados fundamentalmente aos mercados emergentes e aos países da América do Sul. As exportações desse segmento passaram de US\$ 3,9 bilhões, em 2002, para US\$ 5,5 bilhões em 2003 e US\$ 8,3 bilhões em 2004.

Atualmente, o sinal desfavorável captado pelos agentes econômicos diz respeito aos riscos de descontinuidade do ritmo de expansão das vendas externas brasileiras, sobretudo se forem concretizadas as previsões de desaceleração do crescimento da economia mundial, puxada pelos EUA.

Esta preocupação decorre da excessiva valorização da taxa de câmbio, a maior do mundo nos últimos dois anos (estimada em 35,0%), na contramão da tendência de estabilidade do câmbio expressa por emergentes como China, Índia, Rússia, Coreia do Sul e México. Cálculos preparados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) colocam o câmbio brasileiro, quando deflacionado pelo Índice de Preços no Atacado (IPA), nos mesmos patamares de 1997, ocasião em que o país amargou déficit na balança comercial superior a US\$ 6,0 bilhões.

Nas circunstâncias atuais, esse fenômeno deriva essencialmente da articulação entre superávits comerciais e diferenciais positivos em cerca de 15,0% ao ano dos juros internos frente à média internacional. De fato, ao ampliar a oferta monetária, a conversão dos saldos positivos da balança comercial em moeda doméstica força o tesouro a realizar a venda de títulos e a elevar a dívida pública.

Simultaneamente, os juros reais elevados atraem capitais especulativos que se hospedam nas carteiras de aplicações de curto prazo das instituições financeiras responsáveis pela rolagem dos papéis do governo. Particularmente, os fundos de investimento (nacionais e estrangeiros) chegam a captar recursos a 3,0% ao ano no mercado internacional e transferi-los para as modalidades de aplicações que servem de lastro aos títulos públicos no Brasil.

É evidente que a recuperação ocorrida na produção de bens duráveis e de investimento em 2004 no país esteve associada, ainda que em menor grau, aos impactos das reduções de juros promovidas em 2003, e ao suprimento da demanda reprimida pelo quadro restritivo predominante desde 2001, gerado pela adequação da política econômica à crise de energia de 2001, ao ataque especulativo ligado aos riscos eleitorais em 2002 e à compra da confiança junto aos mercados em 2003.

Por essas circunstâncias, o saldo em transações correntes do país exibiu recorde histórico em 2004 (US\$ 11,7 bilhões contra US\$ 4,2 bilhões em 2003), saindo de um déficit de 4,6% do PIB em 2001 para superávit de 1,9% em 2004, contribuindo para a diminuição de quase US\$ 12,0 bilhões na dívida externa do país.

Retomando a postura interpretativa desvinculada dos princípios básicos da lógica econômica, típica dos representantes do governo brasileiro, apreende-se que esta contribui para atrapalhar o trabalho exercido pelos profissionais de economia, prejudicando tanto o entendimento das engrenagens dos sistemas financeiro e produtivo quanto o fornecimento de subsídios aos exercícios de tomada de decisão dos agentes públicos e privados.

Não há como deixar de reconhecer que a maioria dos especialistas dos mercados tenta atribuir à economia um ar de exagerada complexidade, algo que estaria acima da capacidade de compreensão da maioria dos mortais. Sendo assim, a análise econômica faria parte de um campo de operação restrito a alguns profissionais iluminados, absolutamente imunes às críticas, pois suas avaliações e profecias estariam baseadas em dados e conceitos universais que se aplicariam em qualquer tempo e ambiente.

Nesse contexto, a realidade teria que se render às teorias, às informações e aos indicadores. Os prognósticos que não dão certo derivam do fato de ou terem sido tomadas providências para potencializar vantagens e/ou reverter aspectos desfavoráveis, contidos nas predições dos *experts*, ou existirem erros, distorções e contradições na própria realidade que, mais cedo ou mais tarde, terá de se adaptar aos princípios e à dinâmica prospectada.

Felizmente, ao contrário dessa retórica elitista, a ciência econômica não possui qualquer mistério. A análise dos fenômenos do aparelho de produção e de negócios e a proposição de alternativas de intervenção e/ou de decisão para a superação dos problemas e para a otimização dos aspectos positivos podem ser feitas à luz de três conjuntos de bases de conhecimento.

O primeiro grupo abarca a observação do funcionamento sincronizado de uma economia como se fosse uma grande empresa repartida em departamentos. A propósito disso, cumpre imputar ao economista polonês Michel Kalecki a interpretação dos sistemas econômicos, de forma integrada e interativa, em três departamentos de produção. O departamento I engloba a indústria pesada e de base, correspondendo aos bens de produção (capital e intermediários), destinados à fabricação de outros bens, representados pelos insumos, matérias-primas, máquinas, equipamentos e instalações.

O departamento II reúne a produção dos bens de consumo duráveis, considerados de utilização dos capitalistas (automóveis, eletrodomésticos, móveis, etc.), cuja demanda é prioritariamente movida a crédito. O departamento III é formado pela fabricação de bens de consumo não-duráveis (alimentos, bebidas e remédios) e semiduráveis (calçados e roupas), requerida em maior proporção pela classe trabalhadora.

O segundo conjunto congrega a mecânica de geração e de apropriação da renda, conhecida como conflito distributivo. Trata-se da permanente disputa entre os atores econômicos responsáveis pela realização do esforço produtivo (trabalhadores, empresários não financeiros, bancos, empresas estatais, governo, exportadores, etc.) para abocanhar a maior parcela do bolo produzido, na forma de salários, lucros, juros, tarifas, impostos, câmbio, dentre outras modalidades. O acirramento desse confronto em uma economia oligopolizada como a brasileira explica, dentre outras coisas, a hiperinflação dos anos 1980.

O terceiro foco de compreensão equivale à equação da demanda agregada, ou do equilíbrio macroeconômico de curto prazo, apresentando, de um lado, a oferta (produção interna acrescida das importações) e, de outro, a demanda, constituída pelo consumo (das famílias e do governo), pelo investimento (público e privado) e pelas exportações.

Um breve exame da articulação entre esses três grupos de variáveis permitiria identificar as razões da ausência de inflação e da insuficiência de investimentos e de crescimento econômico sustentado no Brasil nos últimos anos, explicadas de forma ainda pouco convincente pelos mercados e pelos meios oficiais. Na falta de justificativa plausível para essa tríade, sobra espaço para o raciocínio equivocado do Banco Central e do Ministério da Fazenda.

A expansão econômica brasileira em 2004 foi igual à da América Latina e inferior à dos países emergentes

Por um prisma menos triunfalista, é possível perceber que a taxa de expansão econômica de 5,2%, experimentada pelo país em 2004, a mais expressiva desde 1994, foi praticamente igual à verificada na economia mundial e na América Latina (5,4%) e inferior à dos países emergentes (7,0%), segundo estimativas preliminares do Banco Mundial.

Ressalte-se que vários desses países, notadamente China, Coréia do Sul, Japão, Taiwan, Malásia, Chile, Índia, Irlanda e Austrália, trilham trajetórias sustentadas de crescimento econômico sem qualquer sinalização relevante de recrudescimento das pressões inflacionárias, mesmo com a utilização de taxas de câmbio depreciadas. No geral, trata-se de processos perseguidores de elevados superávits comerciais, liderados por expressivos incrementos das exportações, capazes de propiciar a acumulação de reservas e de estimular a subida dos investimentos, capitaneada pelo endividamento e poupança privados.

Na mesma linha, embora a taxa de desemprego tenha recuado de 12,3% da População Economicamente Ativa (PEA), em 2003, para 11,5% em 2004, movida pelo aumento da criação de vagas e da formalização, esta situou-se acima da apurada na América Latina (10,0%), na Zona do Euro (9,0%), nos EUA (5,4%) e no Japão

(4,5%), e os rendimentos reais auferidos pelos trabalhadores das principais regiões metropolitanas brasileiras caíram pelo sétimo ano consecutivo, segundo o IBGE.

Isso pode ser justificado também pelo aumento da precariedade no mercado de trabalho brasileiro. Ainda conforme o IBGE, o contingente ocupado em 40 horas por semana, com rendimento mensal inferior a 1 salário mínimo, cresceu de 2,3 milhões, em dezembro de 2003, para 2,7 milhões em dezembro de 2004, nas seis metrópoles pesquisadas pelo Instituto, passando de 12,1% para 14,0% do total empregado. Tal fenômeno reproduz o ingresso no mercado de ocupações de membros da família que, ao tentar compensar a redução de renda do chefe, acabam aceitando trabalho com menor remuneração.

Esses aspectos, somados aos incrementos acusados pela produtividade industrial, comprovam a falta de um dos três pilares da temida inflação de demanda. O insuspeito ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Luiz Fernando Furlan, chamou a atenção para a ineficiência da política monetária em razão de as expectativas de inflação serem influenciadas em maior grau pelos reajustes das tarifas e dos preços administrados e indexados, responsáveis por mais de 1/3 das variações do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), referência para as metas de inflação.

Sem dúvida, numa conjuntura de preços e de tarifas públicas atreladas a índices de inflação e sensíveis a choques de oferta, a necessidade de controle da inflação acaba priorizando a atuação oficial sobre os preços livres, por meio da compressão da demanda de bens de consumo, cuja fraqueza pode ser resumida nas elevadas taxas de desemprego, na desindexação salarial e na impulsão do custo do crédito.

Os outros dois alicerces, representados pela ampliação da oferta real de crédito e pelo déficit público, também não figuram no panorama brasileiro presente, em função da estratégia de austeridade monetária e fiscal, concentrada em juros, recolhimentos compulsórios e superávits fiscais primários elevados.

No tocante ao volume (não ao valor) de operações de crédito, houve expansão de 29,0% para pessoas físicas e 27,0% para pessoas jurídicas em 2004. Porém, o que se nota é que as instituições financeiras e as grandes redes de distribuição vêm tentando driblar essa restrição através da ampliação dos prazos médios dos financiamentos ao consumidor, ensejando o barateamento absoluto do valor das prestações e facilitando o seu encaixe nos orçamentos.

Recorde-se também que mesmo as linhas de crédito consignado (garantidas diretamente pelo salário dos trabalhadores formais) vêm registrando custos elevados (superiores a 40,0% ao ano) e sendo utilizadas prioritariamente para a quitação de débitos contraídos a taxas normalmente mais elevadas.

No que se refere às contas públicas, enquanto o déficit público nominal fechou 2004 em R\$ 47,1 bilhões, ou 2,68% do PIB, o menor nível desde 1991, o superávit primário ficou em R\$ 81,0 bilhões, ou 4,6% do PIB, acima

da meta de 4,5% fixada pelo governo e de 4,25% acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI), sendo suficiente para a cobertura de 63,0% da despesa com juros que totalizou R\$ 128,3 bilhões, ou 7,3% do PIB. Com isso, apesar de o estoque da dívida pública líquida ter subido de R\$ 913,1 bilhões, em dezembro de 2003, para R\$ 957,0 bilhões em dezembro de 2004, sua participação no PIB declinou de 57,2% para 51,8%, revertendo a tendência ascendente registrada desde 1994.

Essa melhor performance pode ser imputada ao crescimento econômico, em condições de aperto fiscal e de apreciação do real, e à introdução de aprimoramentos no gerenciamento do endividamento público, sobretudo a diminuição do valor dos papéis vinculados à taxa de câmbio, que caiu de 20,5% do total, em dezembro de 2003, para 9,3% em dezembro de 2004, auxiliada pela apreciação do real, pela ampliação dos papéis prefixados (de 11,4% para 19,0%) e pela moderada queda dos pós-fixados (de 55,5% para 54,0%).

Por tudo isso, a indagação que sobra diz respeito ao curso do tecido produtivo e social do país quando a miragem conjuntural desaparecer. Um exame preliminar do cenário internacional permite supor a necessidade de maior sincronização entre as políticas cambiais e monetárias dos bancos centrais, na direção da construção de elementos capazes de garantir uma gradativa revalorização do dólar em médio prazo, sob pena de comprometimento do dinamismo exportador da Zona do Euro e da Ásia. No que diz respeito aos asiáticos, calculam-se reservas cambiais superiores a US\$ 2,0 trilhões, aplicadas pelas autoridades monetárias em títulos do tesouro norte-americano que dificilmente seriam alocadas maciçamente em euros.

A não ocorrência de mudanças expressivas na condução da política econômica pode abrir espaço para a destruição do embrião de recuperação da demanda interna e a renúncia das conquistas na fronteira internacional

O quadro menos otimista delineado pela economia mundial deveria estimular a correção de rumos e/ou escolhas alternativas de política econômica brasileira, sob pena de destruição do embrião de recuperação da demanda interna e renúncia das conquistas na fronteira internacional nos últimos dois anos.

Apenas a título de ilustração da situação menos animadora para o decurso de 2005, no tocante ao agronegócio, o comportamento dos preços no mercado internacional vem exprimindo tendência oposta à de 2004. Tanto é assim que, entre janeiro e dezembro de 2004, as cotações dos contratos futuros de comercialização de algodão, soja e milho declinaram 40,0%, 31,0% e 16,0%, respectivamente. Esse fato, somado à elevação dos preços dos insumos, máquinas e implementos, permite antever drástica compressão da rentabilidade setorial. Quanto à produção manufatureira, segundo a Pesquisa

Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), realizada pelo IBGE, esta teria interrompido sua marcha de crescimento no último trimestre de 2004.

A propósito da alteração de rota na orientação econômica, o economista inglês John Williamson, formulador do rótulo “Consenso de Washington”, no final dos anos 1980, lembrou, em Davos, três apreciáveis constrangimentos ao desenvolvimento brasileiro:

- a) o câmbio sobrevalorizado, que pode servir de estopim para a formação de inflação represada e o retorno dos déficits em conta corrente;
- b) a pior distribuição de renda do planeta;
- c) a maior taxa de juros reais do mundo (tabela 1), que inviabiliza a concretização de investimentos capazes de amparar taxas de expansão do produto agregado superiores a 5,0% ao ano, especialmente quando se constata que a formação bruta de capital fixo média do último quinquênio foi inferior a 19,0% do Produto Interno Bruto (PIB), deprimindo o produto potencial.

TABELA 1 - TAXA DE JUROS REAIS - PAÍSES SELECIONADOS

PAÍSES	TAXAS DE JUROS PRIMÁRIAS (%)
Brasil	12,3
Turquia	7,5
Hungria	5,4
África do Sul	4,5
México	4,4
Austrália	3,5
Israel	2,5
Polônia	2,2
China	2,2
Colômbia	2,2

FONTE: VIEIRA, Francisco. Brasil dispara na liderança dos juros reais. **Folha de S. Paulo**, 17 fev. 2004. Dinheiro, p. B4.

Convém ter presente que, mesmo induzida pela reativação econômica de 2004, e pela conseqüente renovação da confiança do setor privado, a ampliação dos investimentos tem sido apropriada, em maior proporção, por incrementos marginais na capacidade produtiva, visando à compatibilização com a demanda de curto prazo e/ou à modernização dos processos produtivos.

As inversões de maior envergadura nos gargalos infra-estruturais e logísticos e na indústria de base permanecem à espera da explicitação e negociação política de um projeto de crescimento para o país. Em outros termos, a concretização dos grandes investimentos requer o cumprimento de uma agenda, incluindo a definição do marco regulatório para os segmentos de infra-estrutura, a viabilização dos mecanismos de financiamento, a redução estrutural dos juros, o lançamento de instrumentos tributários transitórios para os capitais especulativos (de maneira semelhante à experiência chilena dos anos 90) e as

firmes intervenções do BC no mercado de câmbio, de forma a manter a competitividade das exportações e a derrubar a principal barreira ao equilíbrio externo do país, representada pelo reduzido estoque de reservas internacionais líquidas, engordado na maior parte das vezes com a captação de recursos externos oriunda da venda de papéis da dívida pública.

No que concerne ao controle de capitais, em recente incursão na imprensa o ex-presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, de selo ortodoxo, defendeu a proposta de instituição de um mecanismo tributário para a regulação dos ingressos de recursos de curto prazo no país, como forma de debelar os focos de inflação de demanda e ensejar a sincronização (na alta) entre a taxa Selic e o custo do crédito do sistema econômico.

Parece prudente advertir que a reduzida atenção oficial com a sobrevalorização da taxa de câmbio pode precipitar mutações nos planos de investimentos de diversas companhias nacionais, especialmente aquelas estreadas em operações de comércio exterior, e estrangeiras que transformaram suas filiais brasileiras em centros de exportações, conforme manifestações recentes de diretores da General Motors e da Black & Decker.

A excessiva volatilidade e a intensa queda da cotação do dólar, tal como ocorrido entre 1994 e 1998, têm impedido tais empresas de contrabalançar as alterações na matriz de custos, originadas das elevações das cotações das *commodities* agrícolas e minerais (aço e petroquímicos) observadas em 2004 e do aumento da carga tributária e de juros. A par disso, persiste o medo de maior deterioração dos outros elementos de competitividade sistêmica, especificamente a burocracia, as deficiências de regulação e a legislação trabalhista.

Existem também os riscos de fragilização dos saldos em conta corrente, no caso de ocorrência de acréscimos mais expressivos das compras externas de bens de consumo e dos dispêndios com turismo externo, preponderantemente na área do dólar.

O diagnóstico oficial de que a permanência de saldos recordes na balança comercial, em janeiro e fevereiro de 2005, estaria demonstrando um menor grau de interdependência entre câmbio e exportações, ignora que presentemente os exportadores estão atendendo a pedidos e contratos firmados há cerca de seis meses, quando o dólar estava cotado a R\$ 3,00 para, em seguida, ingressar em uma rota cadente.

Os defensores de uma espécie de Nova Ortodoxia apregoam que a concatenação entre subvalorização cambial e queda nas taxas de juros exigiria o aprofundamento do ajuste fiscal, mediante o drástico encolhimento das despesas primárias em favor da flexibilização dos dispêndios em infra-estrutura.

Segundo pesquisa do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (Denit), 40,8% das rodovias federais apresentam mau estado de conservação, o que representa mais de 23 mil quilômetros de uma malha de 57 mil quilômetros. Essa situação de flagrante deterioração do aparato infra-estrutural do país conduz a estimativas de necessidades de aplicações da ordem de US\$ 170,0 bilhões no próximo decênio para eliminar as deficiências e/ou insuficiências rodoviárias, ferroviárias, hidroviárias e portuárias.

Outrossim, supondo o caráter praticamente fixo dos gastos com pessoal e previdência, seria igualmente importante a efetivação da decolagem de um vetor estrutural de ajustamento macroeconômico, constituído pela reformulação do sistema tributário, com a redução da carga de impostos, taxas e contribuições (e da sonegação) e dos encargos sociais incidentes sobre a folha de salários (e da informalidade).

Por fim, é necessário não perder de vista a premência na criação de condições para a ampliação estrutural dos níveis de emprego, especialmente quando se leva em conta a inevitabilidade do prosseguimento da modernização do agronegócio, os reduzidos coeficientes de geração de postos de trabalho direto e indireto por unidade de capital investido pelo setor industrial, e os enormes déficits habitacionais e de saneamento do país.

Nessa perspectiva, a constituição de um clima propício ao alargamento quantitativo e qualitativo do mercado de trabalho brasileiro, com a minimização do subemprego e da informalidade, poderia estar assentada nos desdobramentos da política econômica geral sobre o crescimento, na proliferação de programas de reciclagem e capacitação de mão-de-obra em conformidade com o novo padrão tecnológico e, principalmente, na aplicação de políticas públicas dirigidas aos vetores sociais que ostentam elevada densidade de utilização de mão-de-obra, como a pequena produção agrícola, a construção civil habitacional e os serviços industriais.

A indústria do Paraná em 2004

Gilmar Mendes Lourenço*

Este texto traz um breve apanhado do comportamento da indústria paranaense em 2004, tendo como referência o panorama nacional. No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção física do setor industrial cresceu 8,3% em 2004. Trata-se da maior expansão constatada desde 1986, quando a performance foi afetada positivamente pela redução do imposto inflacionário e pelos reajustes reais de salários subjacentes ao Plano Cruzado.

Tal desempenho foi sustentado pelos incrementos contabilizados pela fabricação de bens de consumo duráveis (21,8%) e de bens de capital (19,7%), induzidos pela ampliação das exportações e do crédito. Já a base da indústria e a sua outra ponta, representadas, respectivamente, pelas atividades produtoras de bens intermediários e de consumo não-duráveis e semiduráveis, atreladas à inversão pública e à massa de salários, experimentaram acréscimos mais modestos: 7,4% para intermediários e 4,0% para não-duráveis e semiduráveis.

O segmento agroindustrial acusou evolução de 5,3% nos níveis de produção em 2004, imputada à combinação de um grupo de componentes favoráveis, como a supersafra agrícola, a intensificação da penetração em novas fronteiras de mercados externos, os problemas fitossanitários (gripe asiática e mal da vaca louca na Europa) e a elevação dos preços internacionais.

Já a indústria automobilística atingiu produção de 2,2 mil unidades, entre automóveis, caminhões e ônibus, de acordo com apurações da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), representando variação de 20,7% frente a 2003. Ainda assim, o segmento operou com ociosidade superior a 30,0%, dada a capacidade de fabricação de 3,2 milhões de unidades.

Em sentido análogo, pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) aponta que as vendas reais, o emprego, as horas trabalhadas e os salários reais do setor industrial variaram 14,3%, 3,5%, 6,2% e 9,0%, respectivamente, em 2004, configurando as melhores marcas desde 1992, exceto para os salários, que exibiram performance recorde em 1995 (9,9%).

No entanto, a pronunciada expansão industrial deve ser relativizada, em razão da base de comparação comprimida de 2003, palco de uma recessão no primeiro semestre. Simulações feitas pelo Instituto de Estudos

para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) revelam que, extirpando-se o efeito-base deprimida, a expansão teria sido de 4,8% e não de 8,3%, escorada em bens duráveis de consumo (17,0%) e bens de capital (14,7%), enquanto o parque de bens intermediários teria demonstrado incremento de 5,4%, e o de bens de consumo não-duráveis apresentado queda de 0,8%.

Os determinantes do dinamismo industrial paranaense em 2003 – exportações e agronegócio – permaneceram presentes no ambiente econômico de 2004

No Paraná, os fatores determinantes do dinamismo industrial de 2003 permaneceram presentes no ambiente econômico de 2004, sintetizados no binômio formado pelas exportações e pelo agronegócio, impulsionado pelos seguintes vetores:

- a) recuperação da economia mundial (ancorada na demanda norte-americana e chinesa) e elevação das cotações das *commodities*;
- b) alguns estímulos de natureza tributária e tarifária, concedidos pelo governo estadual, visando à redução de custos e ao aumento das compras de insumos dentro do Estado;
- c) interferência da incipiente resposta do mercado interno à política de flexibilização monetária implementada pelo governo federal a partir de junho de 2003.

Tanto é assim que a produção da indústria estadual observou incremento de 10,1% no exercício de 2004, ratificando a tendência expansiva delineada em 2003 e suplantando a média nacional (8,3%). Tal performance foi a sexta melhor entre os treze estados brasileiros pesquisados mensalmente pelo IBGE, empatada com a Bahia e atrás de Amazonas, Ceará, Santa Catarina e Pará (tabela 1).

*Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina.

TABELA 1 - BRASIL - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL - ESTADOS SELECIONADOS - 2004

ESTADO	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
Amazonas	13,0
Pará	10,5
Goiás	8,4
Ceará	11,9
Pernambuco	4,8
Bahia	10,1
Minas Gerais	6,0
Espírito Santo	5,1
Rio de Janeiro	2,4
São Paulo	11,8
Paraná	10,1
Santa Catarina	11,4
Rio Grande do Sul	6,4
BRASIL	8,3

FONTE: IBGE

Só a título de ilustração, o desempenho da indústria amazonense pode ser explicado pelas pronunciadas variações verificadas em edição e impressão (50,0%), borracha e plástico (42,6%) e material eletrônico e equipamentos de comunicações (23,6%), particularmente nos itens televisores, celulares, peças plásticas para a indústria eletrônica, fitas de vídeo e CDs. O comportamento do setor manufatureiro cearense foi influenciado positivamente pela evolução da produção de artefatos de couro (16,5%), têxtil (12,9%) e alimentos e bebidas (11,1%).

O parque industrial paulista experimentou expansão de 11,8%, puxada por material eletrônico e equipamentos de telecomunicações (45,0%), veículos automotores (29,3%) e máquinas e equipamentos (21,0%). Enquanto isso, a indústria catarinense exibiu crescimento de 11,4%, impulsionado por máquinas e equipamentos (14,2%) e alimentos (11,2%), com destaque para refrigeradores e congeladores e carnes.

Já a evolução da indústria paranaense pode ser atribuída aos acréscimos na fabricação de veículos automotores (50,6%), em edição e impressão (39,7%), máquinas e equipamentos (21,4%) e madeira (16,7%), como aponta a tabela 2. A variação só não foi maior pelo fato de a Refinaria da Petrobrás de Araucária, que responde por mais de 1/4 do valor adicionado industrial do Estado, ter interrompido a produção durante 56 dias para a realização de revisão técnica, entre abril e junho de 2004, episódio que normalmente acontece a cada cinco anos visando à melhoria da eficiência dos processos produtivos. Desta feita, a iniciativa exigiu recursos da ordem de R\$ 182,0 milhões, incluindo a compra de peças e a contratação de funcionários temporários.

Em paralelo, as vendas reais da indústria de transformação atuante no Estado, apuradas pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), cresceram 7,4% em 2004, metade da variação da indústria nacional, induzidas pela demanda externa (8,5%) e de outros estados brasileiros (9,7%), pois a comercialização dentro do Paraná subiu apenas 4,7%. Os ramos que demonstraram maior ímpeto foram bebidas, material elétrico e de comunicações, material de transporte, matérias plásticas, mobiliário, papel e papelão, madeira e editorial e gráfica. Apesar do menor

incremento (3,8%), cabe ressaltar o peso do segmento de alimentos na taxa agregada da indústria (tabela 3).

TABELA 2 - PARANÁ - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL - SEÇÕES E DIVISÕES - 2004

SEÇÕES/DIVISÕES	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
Indústria de Transformação	10,1
Alimentos	4,9
Bebidas	4,8
Madeira	16,7
Celulose, papel e produtos de papel	4,5
Edição, impressão e reprodução de gravações	39,8
Refino de petróleo e álcool	-11,9
Produtos químicos	-10,5
Borracha e plástico	5,4
Minerais não-metálicos	-6,2
Produtos de metal – exclusive máquinas e equipamentos	5,8
Máquinas e equipamentos	21,4
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-6,2
Veículos automotores	50,6
Mobiliário	2,4

FONTE: IBGE

TABELA 3 - PARANÁ - TAXA DE CRESCIMENTO DAS VENDAS REAIS E COMPRAS REAIS DE INSUMOS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - 2004

GÊNERO	TAXA DE CRESCIMENTO (%)	
	Vendas	Compras
Minerais não-Metálicos	7,2	-12,0
Metalurgia	-3,9	-3,9
Mecânica	-4,3	-3,7
Material Elétrico e de Comunicações	35,1	25,0
Material de Transporte	23,7	21,6
Madeira	9,5	4,4
Mobiliário	11,8	15,6
Papel e Papelão	9,6	-5,4
Couros e Peles	0,1	0,1
Química	-1,5	-33,2
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	-8,6	-11,4
Perfumaria, Sabões e Velas	-2,4	-6,2
Matérias Plásticas	22,1	31,7
Têxtil	3,4	-17,5
Vestuário, Calçados e Artefatos	-23,9	-8,1
Produtos Alimentares	3,8	3,1
Bebidas	35,4	22,9
Editorial e Gráfica	8,7	-2,6
Indústria de Transformação	7,4	2,4

FONTE: IBGE

Quanto às compras de insumos industriais, identificou-se ampliação de apenas 2,4%, explicada pelo recuo das aquisições do exterior (16,8%) e de dentro do Estado (0,6%), compensadas pelas entradas de outros estados, que cresceram 17,2%. As maiores altas em compras ocorreram nos ramos matérias plásticas, material elétrico, bebidas, material de transporte e mobiliário, por conta especialmente da demanda do complexo automotivo.

No que diz respeito ao emprego industrial, o IBGE apurou expansão de 4,1% do pessoal ocupado assalariado no Estado em 2004, frente a aumento de 1,9% para o país (tabela 4). Por esse indicador, o Paraná ostentou o segundo melhor desempenho do Brasil, atrás apenas de Minas Gerais, que cresceu 4,4%, por conta da evolução experimentada pelos ramos de fumo, borracha e plásticos, e máquinas e aparelhos eletrônicos.

TABELA 4 - EVOLUÇÃO DO EMPREGO INDUSTRIAL
SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 2004

UF	VARIAÇÃO (%)
Ceará	2,1
Pernambuco	0,3
Bahia	1,1
Minas Gerais	4,4
Espírito Santo	-0,2
Rio de Janeiro	-2,4
São Paulo	1,5
Paraná	4,1
Santa Catarina	2,4
Rio Grande do Sul	-0,4
BRASIL	1,9

FONTE: IBGE

De maneira detalhada, a variação positiva do contingente ocupado na indústria paranaense esteve estreitamente ligada à performance das divisões de fumo, vestuário, máquinas e equipamentos, meios de transporte, alimentos e bebidas e madeira. Chama atenção a queda nos níveis de emprego dos agrupamentos de indústrias atrelados à construção civil (extrativa, metalurgia e minerais não-metálicos) e à demanda interna (calçados e couros), subordinados, respectivamente, à dinâmica cíclica da economia (emprego, renda e dispêndios e inversões públicas) e à massa de salários.

Convém qualificar o descompasso existente entre as intensidades de evolução da produção, vendas e

peçoal ocupado na indústria do Estado. A produção cresceu mais rapidamente que as vendas, e estas, por seu turno, suplantaram o ritmo de variação do emprego. Essas diferenças podem ser justificadas pela aplicação de metodologias e amostras distintas nas pesquisas conjunturais e, sobretudo, pela interferência dos elementos conjunturais e estruturais que compõem o cenário macroeconômico, represando a demanda e, conseqüentemente, a rentabilidade das indústrias e a oferta de postos de trabalho.

Na vertente conjuntural emerge a política de austeridade monetária e fiscal praticada pelo governo federal e, na estrutural, constam os impactos conjugados da abertura comercial e da reestruturação produtiva, empreendida de maneira defensiva pela iniciativa privada, desde o começo dos anos 90, na direção da melhoria dos níveis de eficiência gerencial e operacional para fazer face ao maior grau de exposição à concorrência externa.

Mais precisamente, as medidas voltadas à racionalização e modernização de processos, automação, desativação de linhas de produção obsoletas, terceirização de atividades marginais e/ou menos rentáveis e introdução de simplificações na gestão resultaram em drástica redução da elasticidade do emprego em relação ao investimento e ao produto.

Exportações paranaenses: conjuntura e perspectivas

Julio Takeshi Suzuki Júnior

No ano de 2004, as exportações do Paraná atingiram US\$ 9,40 bilhões, valor que correspondeu a uma elevação de 31,36% em relação a 2003, quando as vendas externas somaram US\$ 7,15 bilhões. Os produtos que mais contribuíram para a elevação das receitas foram a carne de frango *in natura*, o farelo de soja, a soja em grão, a madeira compensada e os cereais, que responderam por 44,59% do aumento absoluto de US\$ 2,24 bilhões registrado pelas exportações estaduais no ano passado.

As exportações de carne de frango *in natura* apresentaram expansão de 52,47%, saltando de US\$ 445,43 milhões para US\$ 679,13 milhões (tabela 1). Acompanhando as vendas de frangos inteiros, que exibiram incremento de 42,29%, as exportações de cortes congelados totalizaram US\$ 386,35 milhões em 2004, superando em 61,20% o valor de US\$ 239,67 milhões contabilizado no exercício anterior.

O notável crescimento das vendas do frango em partes se deveu, em grande medida, ao comércio com os países do Leste Asiático, tradicionais importadores do produto. Para evidenciar a importância desses mercados, as compras de cortes da ave realizadas pelo Japão alcançaram a considerável marca de US\$ 136,42 milhões, muito acima dos US\$ 49,06 milhões anotados em 2003. Com isso, o referido país passou a ocupar o posto de maior importador da carne de frango produzida no Paraná, absorvendo 20,48% das exportações do segmento (considerando os cortes e as carcaças inteiras), seguido da Arábia Saudita, que até então encabeçava a lista dos principais compradores.

Como se sabe, a trajetória ascendente das vendas ao Extremo Oriente está diretamente relacionada à disseminação da *influenza* aviária, popularmente conhecida como gripe do frango, em importantes países produtores da Ásia. A despeito do impacto negativo da doença no comércio global (estima-se que as exportações mundiais de carne de frango tenham recuado cerca de 5% em 2004), é certo que o agravamento da crise sanitária no continente asiático abriu espaço para o produto nacional, não deixando dúvida quanto à relevância da sanidade animal na ampliação das vendas externas do agronegócio.

Além do avanço registrado nos grandes mercados, as vendas da avicultura paranaense cresceram sobremaneira em alguns países que não mantinham fortes relações comerciais com os exportadores locais. Somente a título de exemplo, os embarques de carne de frango para a Venezuela garantiram divisas da ordem de US\$ 24,02 milhões em 2004, suplantando em 518,21% o resultado obtido no ano anterior.

Já no que se refere à soja em grão, o expressivo aumento de 18,01% nas vendas ao exterior decorreu dos maiores preços recebidos pelos exportadores, uma vez que as quantidades embarcadas declinaram 11,70%, totalizando 4,51 milhões de toneladas no ano passado. No entanto, é importante ressaltar que as cotações da oleaginosa apresentaram queda considerável no segundo semestre, o que poderia ter levado a uma redução das exportações, na comparação com 2003, não fosse a opção das cooperativas e *tradings* pela rápida comercialização do produto, concentrando as vendas no primeiro semestre. De acordo com dados da Associação Nacional das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), o preço médio da *commodity* atingiu US\$ 295,96/tonelada no Porto de Paranaguá no período janeiro-junho de 2004, muito acima do valor de US\$ 229,27/tonelada concernente aos seis meses subsequentes.

Diferentemente da soja em grão, os embarques de farelo registraram acréscimo, saltando de 4,58 milhões para 4,93 milhões de toneladas. Isso contribuiu para a ascensão das vendas da mercadoria, que alcançaram a cifra de US\$ 1,08 bilhão, representando crescimento de 24,02% em relação aos US\$ 872,40 milhões contabilizados no exercício de 2003.

Quanto à madeira compensada, o pronunciado incremento de 53,63% nas exportações refletiu as condições propícias do mercado internacional, assim como a ampliação da capacidade produtiva da indústria madeireira paranaense, propiciada pelos vultosos investimentos realizados a partir da segunda metade dos anos 90. Entre os principais importadores, destacaram-se os Estados Unidos, o Reino Unido e a Bélgica, países que responderam por participações de, respectivamente, 43,51%, 13,26% e 10,17% nas vendas estaduais de madeira compensada em 2004.

Na mesma trajetória, o faturamento com as exportações de cereais cresceu 58,21%, somando US\$ 486,48 milhões. Tal resultado pode ser atribuído ao milho, cujos embarques resultaram em receitas de US\$ 443,85 milhões, demonstrando que a comercialização do produto já não depende unicamente do consumo doméstico. Tanto é assim que a quantidade de milho exportada no ano passado (3,79 milhões de toneladas) correspondeu a cerca de 35% da produção do Paraná na safra 2003/2004, quando foram colhidas aproximadamente 11 milhões de toneladas do grão.

*Administrador de Empresas, técnico da equipe permanente desta publicação.

Em oposição ao bom desempenho dos segmentos acima citados, as exportações de algumas mercadorias diminuíram em relação a 2003, como são os casos dos automóveis e do açúcar bruto. No que tange aos veículos, a redução das vendas externas deriva da estratégia empresarial de não-modernização de alguns modelos produzidos no Estado, tornando-os defasados em comparação às renovadas versões fabricadas no exterior, o que comprometeu as exportações destinadas aos Estados Unidos, mercado que exige produtos de última geração.

Como efeito da queda de 55,05% nas vendas para os EUA (de US\$ 421,52 milhões para US\$ 189,47 milhões), as exportações estaduais de automóveis atingiram o valor de apenas US\$ 591,05 milhões em 2004, ficando abaixo dos US\$ 656,81 milhões referentes a 2003, em contraposição ao crescimento registrado pela indústria automobilística brasileira. Contudo, deve-se destacar que a produção paranaense de automóveis de passageiros apresentou aumento de 46,93% no ano passado, em razão do lançamento de novas linhas de produtos, voltadas principalmente ao mercado interno.

Com relação ao açúcar bruto, a retração de 10,30% no faturamento com as exportações pode ser imputada à forte demanda, tanto interna quanto externa, pelo álcool. Mais precisamente, em virtude dos atrativos preços do combustível vegetal, as indústrias do segmento sucroalcooleiro produziram menos açúcar, o que afetou as vendas externas do produto. Em 2004, os embarques de açúcar bruto asseguraram receitas de US\$ 154,95 milhões, ante uma cifra de US\$ 172,74 milhões relativa às exportações estaduais da mercadoria em 2003.

Passando às expectativas para o ano de 2005, o declínio das cotações internacionais das *commodities* agrícolas deverá influenciar o desempenho do comércio exterior do Paraná. Apesar da reação do preço da soja no mês de fevereiro, consequência direta das estimativas menos favoráveis acerca da produção brasileira, as cotações da oleaginosa tendem a permanecer no primeiro semestre deste ano em patamares inferiores aos verificados no mesmo período do exercício anterior, o que poderá impedir a repetição dos bons resultados das exportações em 2005. Ademais, deve-se considerar que a produção estadual de soja não atingirá os níveis apontados pelos primeiros levantamentos da safra 2004/2005, em decorrência dos déficits hídricos nas principais regiões produtoras, podendo reduzir as quantidades a serem destinadas ao mercado externo.

Por outro lado, as vendas do complexo carnes possivelmente continuarão em trajetória ascendente, refletindo, entre outros fatores, o prolongamento das crises sanitárias em alguns países produtores. Da mesma maneira, as exportações do segmento madeireiro deverão permanecer elevadas, em função da demanda dos países desenvolvidos.

Por fim, no que diz respeito à indústria paranaense de material de transporte, pode-se esperar significativo incremento nas vendas externas de veículos comerciais pesados, devido à continuidade do bom desempenho do comércio de caminhões e, principalmente, ao fechamento de contratos para fornecimento de ônibus a empresas chilenas de transporte coletivo urbano. Ainda nesse segmento, é provável um avanço das exportações de automóveis aos países latino-americanos, compensando parcialmente a queda das vendas aos Estados Unidos.

TABELA 1 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS - 2003-2004

PRODUTO	EXPORTAÇÕES (US\$ FOB)		CRESCIMENTO ABSOLUTO (US\$)	VARIÇÃO 2004/2003 (%)
	2004	2003		
Soja em grão	1 271 381 175	1 077 348 569	194 032 606	18,01
Farelo de soja	1 081 946 986	872 398 744	209 548 242	24,02
Carne de frango <i>in natura</i>	679 134 429	445 425 573	233 708 856	52,47
Automóveis	591 048 394	656 812 338	- 65 763 944	-10,01
Motores para automóveis	564 610 135	427 255 209	137 354 926	32,15
Madeira compensada ou contraplacada	527 154 996	343 139 251	184 015 745	53,63
Cereais	486 481 973	307 498 861	178 983 112	58,21
Óleo de soja em bruto	460 220 149	406 940 269	53 279 880	13,09
Papel	215 025 154	178 713 638	36 311 516	20,32
Madeira serrada	199 861 296	161 239 834	38 621 462	23,95
Madeiras e manufaturas de madeira ⁽¹⁾	192 454 552	124 009 916	68 444 636	55,19
Tratores	191 958 975	96 480 243	95 478 732	98,96
Obras de marcenaria ou de carpintaria	159 856 507	74 217 806	85 638 701	115,39
Compressores e bombas	156 090 373	73 175 684	82 914 689	113,31
Açúcar em bruto	154 952 817	172 738 711	- 17 785 894	-10,30
Óleo de soja refinado	133 159 525	119 766 247	13 393 278	11,18
Aparelhos elétricos para telefonia	126 474 121	23 781 700	102 692 421	431,81
Café solúvel	121 864 953	107 712 439	14 152 514	13,14
Autopeças	105 273 043	81 200 467	24 072 576	29,65
Carne bovina <i>in natura</i>	101 533 325	61 420 833	40 112 492	65,31
Carne suína <i>in natura</i>	101 466 293	90 560 420	10 905 873	12,04
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator	98 122 102	48 676 637	49 445 465	101,58
Móveis e mobiliário médico-cirúrgico	93 416 480	62 439 645	30 976 835	49,61
Óleos e combustíveis para consumo de bordo	86 342 700	74 877 562	11 465 138	15,31
Veículos de carga	84 191 545	56 600 653	27 590 892	48,75
Adubos e fertilizantes	69 584 314	56 354 424	13 229 890	23,48
Painéis de fibras ou de partículas de madeira	66 573 773	38 293 261	28 280 512	73,85
Café cru em grão	66 297 171	46 413 138	19 884 033	42,84
Outros produtos	1 210 056 927	867 742 920	342 314 007	39,45
TOTAL	9 396 534 183	7 153 234 992	2 243 299 191	31,36

FONTE: MDIC/SECEX

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) Não inclui madeiras compensadas, nem obras de marcenaria.

Comportamento do IPCA em 2004

Alan Ianke dos Santos, Fernando H. Mendes de Lima e Shelbert Braz

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou variação positiva de 7,60% em 2004, situando-se 1,70 p.p. abaixo do resultado verificado no ano anterior (9,30%). Dessa maneira, o IPCA manteve-se dentro do intervalo (5,5%, com margem de 2,5 p.p.) estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para o sistema de metas de inflação.

A redução do índice em comparação a 2003 pode ser explicada, principalmente, pelas melhores condições de oferta de produtos agrícolas e pela apreciação do câmbio. A valorização do real exerce forte influência sobre os preços de mercadorias comercializáveis no mercado internacional, reduzindo as pressões inflacionárias oriundas das importações.

Em contrapartida, houve pressões de alta por parte dos produtos e serviços com preços monitorados/administrados por contrato. Prova disso é que os itens telefone fixo, com aumento de 14,76%, gasolina (+14,64%), energia elétrica residencial (+9,64%), plano de saúde (+10,51%), álcool (+31,58%), ônibus urbano (+4,74%) e água e esgoto (+10,41%) foram responsáveis por cerca de 1/3 da variação do IPCA em 2004.

Com relação aos combustíveis, pode-se atribuir a elevação do preço do álcool a um descompasso entre oferta e demanda, derivado do aumento do consumo doméstico e das exportações do produto. Tal fato repercutiu no preço da gasolina, também influenciado pelo avanço das cotações internacionais do petróleo. A gasolina exerceu o maior impacto individual de alta sobre o índice geral (+0,59 p.p.).

O grupo Alimentação e Bebidas apresentou crescimento de 3,86% nos preços. Foram verificadas variações consideráveis em produtos importantes no consumo das famílias, com destaque para o arroz, que registrou queda de 17,14%, sendo o item com maior impacto de baixa na composição do índice geral (-0,19 p.p.). Outras variações relevantes foram: leite pasteurizado (+9,49%), carne de porco (+26,72%), açúcar refinado (+8,78%), óleo de soja (-11,27%) e farinha de mandioca (-20,19%).

No que se refere ao grupo Habitação, verificou-se aumento de 7,14%, com grande pressão dos preços monitorados/administrados por contrato. Além dos supracitados energia elétrica residencial e água e esgoto, destacaram-se também as altas do gás de bujão (+7,15%) e imposto predial (+9,62%).

O grupo Artigos de Residência registrou incremento de 5,42%. Os preços de aparelhos eletrodomésticos, como refrigerador (+8,79%) e máquina de lavar roupa (+11,99%), foram influenciados pela alta expressiva do aço e de alguns insumos derivados do petróleo.

Tais fatores atingiram também o grupo Transportes, observando-se, por exemplo, aumento considerável no item automóvel novo (+13,65%). Nesse caso específico, a expansão da demanda interna e das exportações contribuiu para o acréscimo nos preços desse produto.

O índice relativo ao grupo Vestuário cresceu 9,95%. Dois subgrupos apresentaram forte variação: roupas (+11,20%) e calçados e acessórios (+10,00%). Ademais, foram registradas variações positivas nos subgrupos tecidos e armarinho (+5,42%) e jóias e bijuterias (+1,37%).

O grupo Saúde e Cuidados Pessoais apresentou elevação de 6,88%, com o subgrupo serviços de saúde (serviços médicos e dentários, serviços laboratoriais e hospitalares e plano de saúde) registrando o maior aumento (+8,47%).

Por fim, nos grupos Despesas Pessoais (+6,84%), Educação (+10,44%) e Comunicação (+13,91%), cabe ressaltar as variações dos itens cigarro (+11,63%), curso de primeiro grau (+11,51%) e telefone celular (+7,61%), respectivamente.

**Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários do IPARDES.*

TABELA 1 - VARIAÇÕES DO IPCA, SEGUNDO GRUPOS E ITENS - 2004

GRUPO/ITEM	VARIAÇÃO (%)
Alimentos e bebidas	3,86
Açúcar cristal	19,52
Alcatra	6,09
Arroz	-17,14
Batata-inglesa	34,63
Café moído	10,16
Carne de porco	26,72
Farinha de mandioca	-20,19
Feijão carioca (rajado)	16,82
Lanche	11,96
Leite pasteurizado	9,49
Óleo de soja	-11,27
Pão francês	2,13
Refeição	9,31
Refrigerante	6,34
Habitação	7,14
Condomínio	8,94
Energia elétrica residencial	9,64
Gás de bujão	7,15
Imposto predial	9,62
Taxa de água e esgoto	10,41
Artigos de residência	5,42
Fogão	9,56
Freezer	13,78
Máquina de lavar roupa	11,99
Móvel para copa e cozinha	7,87
Móvel para quarto	5,44
Móvel para sala	4,19
Refrigerador	8,79
Vestuário ⁽¹⁾	9,95
Calçados e acessórios	10,00
Jóias e bijuterias	1,37
Roupas	11,2
Tecidos e armarinho	5,42
Transportes	10,99
Acessórios e peças	19,5
Álcool	31,58
Automóvel novo	13,65
Compra de automóvel usado	12,37
Conserto de automóveis	10,52
Gasolina	14,64
Ônibus intermunicipal	4,84
Ônibus urbano	4,74
Seguro voluntário de veículo	24,28
Saúde e cuidados pessoais ⁽¹⁾	6,88
Cuidados pessoais	3,05
Produtos farmacêuticos e óticos	7,12
Serviços de saúde	8,47
Despesas pessoais	6,84
Cigarro	11,63
Empregado doméstico	4,52
Educação	10,44
Curso primeiro grau	11,51
Curso terceiro grau	9,79
Cursos diversos	11,78
Comunicação	13,91
Correio	10,00
Telefone celular	7,61
Telefone fixo	14,76
Telefone público	9,53
TV a cabo	11,61

FONTE: IBGE

(1) Os níveis de desagregação desses grupos correspondem a subgrupos, segundo classificação do IBGE.

Estimativas para a safra paranaense de verão

Alan Ianke dos Santos, Fernando H. Mendes de Lima e Shelbert Braz

De acordo com estimativas do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), a safra de grãos de verão crescerá 12,11% na temporada 2004/2005, alcançando 24,93 milhões de toneladas¹ (tabela 1). A área plantada deverá apresentar pequena redução de 0,60%.

Estima-se que serão colhidas 12,65 milhões de toneladas de soja, o que representará aumento de 24,14%, acima da variação positiva de 3,70% referente à área plantada. Logo, a produtividade deverá avançar 20,08%, saltando de 2,54 mil kg/ha em 2003/2004 para 3,05 mil kg/ha em 2004/2005.

O preço da soja vem apresentando queda no mercado internacional devido ao significativo aumento da oferta do produto, propiciado principalmente pelas super-safras brasileira e argentina e, ainda, pela recuperação da produção norte-americana, que deverá atingir 85,48 milhões de toneladas. Nesse contexto, os estoques mundiais do produto deverão crescer 56,46%, passando de 38,86 milhões para 60,80 milhões de toneladas, segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

Apesar disso, a área da soja no Paraná deverá aumentar, ocupando principalmente áreas anteriormente destinadas ao cultivo do milho, demonstrando que os preços da oleaginosa ainda são mais atrativos que os de outras *commodities*. Como reflexo, a área plantada do milho deverá apresentar queda de 5,38%, enquanto a produção deverá aumentar 2,38%.

Já no que tange ao feijão, deve-se registrar decréscimo produtivo da ordem de 3,14%, como resultado da retração de 11,75% na área cultivada. Tal diminuição reflete os insatisfatórios níveis de rentabilidade proporcionados pela cultura, derivados, entre outros fatores, da estagnação do consumo.

As projeções para o café apontam decréscimo de 7,97% na área plantada e de 32,75% na produção, com a colheita de 102,40 mil toneladas. Parte dessa queda decorre do ciclo bianual da cultura, que leva a uma alternância entre altos e baixos patamares de produção. Apesar disso, a alta dos preços internacionais, verificada a partir do ano passado, deverá proporcionar bons rendimentos aos produtores.

Para a cultura de arroz, as estimativas referentes ao produto de sequeiro apontam queda de 5,33% na área, contrariamente ao aumento de 5,94% no volume produzido. Em relação ao arroz irrigado, espera-se incremento de 6,08% na área plantada, com redução de 4,43% na produção. No total, deverão ser colhidas 182,39 mil toneladas de arroz, contra 181,78 mil toneladas da safra anterior.

Por fim, a cultura de algodão ocupará 54,75 mil hectares, sendo 15,87% superior à safra passada. Os bons preços obtidos pelos produtores nas duas últimas safras influenciaram tal crescimento. A estimativa para a produção é de 126,99 mil toneladas de algodão em caroço, 41,19% a mais que em 2003/2004, quando foram colhidas 89,94 mil toneladas. No Estado, a produtividade da cultura deverá atingir 2,32 mil kg/ha.

**Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários do IPARDES.*

TABELA 1 - ÁREA E PRODUÇÃO DE GRÃOS DE VERÃO - SAFRAS 2003/2004 E 2004/2005

PRODUTO	ÁREA (ha)		VAR. (%)	PRODUÇÃO (t)		VAR. (%)
	2003/2004	2004/2005		2003/2004	2004/2005	
Algodão (caroço)	47 247	54 747	15,87	89 944	126 989	41,19
Amendoim	4 218	4 390	4,08	8 608	8 593	-0,18
Arroz	67 951	66 535	-2,08	181 781	182 387	0,33
Irrigado	19 328	20 504	6,08	98 293	93 942	-4,43
Sequeiro	48 623	46 031	-5,33	83 488	88 445	5,94
Café	120 041	110 478	-7,97	152 260	102 397	-32,75
Feijão	481 792	425 185	-11,75	648 158	627 783	-3,14
1ª Safra	360 186	297 995	-17,27	484 019	420 340	-13,16
2ª Safra	121 606	127 190	4,59	164 139	207 443	26,38
Girassol ⁽¹⁾	300	100	-66,67	360	130	-63,89
Mamona	569	1 055	85,41	1 049	1 945	85,41
Milho	2 467 032	2 334 325	-5,38	10 956 262	11 217 148	2,38
1ª Safra	1 352 364	1 256 475	-7,09	7 606 564	7 158 041	-5,90
2ª Safra	1 114 668	1 077 850	-3,30	3 349 698	4 059 107	21,18
Soja	4 006 953	4 155 227	3,70	10 193 842	12 654 922	24,14
1ª Safra	3 940 903	4 087 974	3,73	10 073 758	12 509 481	24,18
2ª Safra	66 050	67 253	1,82	120 084	145 441	21,12
Sorgo ⁽¹⁾	2 450	3 000	22,45	8 032	10 602	32,00
TOTAL	7 198 553	7 155 042	-0,60	22 240 296	24 932 896	12,11

FONTES: SEAB/DERAL

(1) Somente 1ª safra.

NOTA

¹A presente avaliação não considera os dados relativos à 3ª safra do feijão, à 2ª safra do girassol e à 2ª safra do sorgo.

Paraná - Destaques Econômicos*

*Julio Takeshi Suzuki Júnior**, Alan Ianke dos Santos, Fernando H. Mendes de Lima e Shelbert Braz****

AGROINDÚSTRIA

Coamo aumentará capacidade de armazenagem

A Coamo Agroindustrial Cooperativa, sediada em Campo Mourão, aplicará R\$ 112 milhões para incrementar em 10% sua capacidade de armazenagem. Com os novos investimentos, as estruturas de armazenagem da cooperativa comportarão 3,4 milhões de toneladas.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) financiarão R\$ 86 milhões dos recursos para as obras. O restante (R\$ 26 milhões) corresponde a recursos próprios.

A despeito da queda nos preços das *commodities* agrícolas, a empresa fechou 2004 com faturamento recorde estimado em R\$ 3,9 bilhões, tendo contabilizado US\$ 350 milhões somente em exportações.

Contando com 18 mil associados, a cooperativa possui duas indústrias de esmagamento de soja, uma refinaria de óleo de soja, uma fábrica de margarina e gorduras hidrogenadas, uma fiação de algodão e um moinho de trigo.

RIOS, Cristina. Coamo amplia parque de armazenagem. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 11 jan. 2005. Finanças & Mercados, p. B12.

Coopavel registra lucro líquido de R\$ 31 milhões em 2004

A Cooperativa Agropecuária Cascavel (Coopavel) encerrou 2004 com um faturamento de R\$ 773 milhões, contabilizando crescimento de 18% em comparação a 2003, quando as receitas atingiram R\$ 653 milhões. O lucro líquido alcançou R\$ 31 milhões, superando os R\$ 22 milhões do ano anterior.

Além de dois frigoríficos de suínos, a cooperativa possui fábricas de rações, indústria de esmagamento de soja, unidade beneficiadora de sementes, indústria de laticínios, indústria de fertilizantes e abatedouros de bovinos e aves. Contando com 24 unidades em 17 municípios do Oeste e do Sudoeste do Estado, a Coopavel terminou o ano com 3,1 mil associados e 3,6 mil funcionários.

COOPAVEL fatura R\$ 773 mi e cresce 18% no ano. **Folha de Londrina**, 21 jan. 2005. Folha Economia, p. 6.

Coinbra fecha unidade no Paraná

O grupo francês Dreyfus, proprietário da indústria Coinbra, encerrou a atividade de esmagamento de soja nas unidades de Londrina (PR) e Cruz Alta (RS), que processavam 1 mil toneladas de soja por dia cada uma. A decisão visa aumentar os ganhos de escala em outras unidades do grupo.

O fechamento das fábricas está sendo compensado pela ampliação da capacidade de outras esmagadoras e início das atividades da nova unidade localizada no município de Alto Araguaia (MT). Na unidade de Ponta Grossa (PR), a capacidade aumentou de 2 mil para 3 mil toneladas de soja por dia, e em Jataí (GO) de 1 mil para 2 mil toneladas. Já em Alta Araguaia são processadas 3 mil toneladas diariamente.

ROCHA, Alda do Amaral. Coinbra fecha mais duas fábricas. **Valor Econômico**, São Paulo, 27 jan. 2005. Empresas, p. B10.

Cooperativas do Paraná entram no mercado de carne bovina

A Cooperativa Agroindustrial de Rolândia (Corol) e a Cooperativa Agropecuária Cascavel (Coopavel) irão ingressar no mercado de carne bovina. A Corol investirá US\$ 30 milhões, em parceria com um grupo norte-americano, na construção de um curtiúme e de um frigorífico. Serão abatidos, inicialmente, 500 bois/dia. Até o momento 400 pecuaristas já assinaram contrato de fornecimento.

O objetivo é produzir carne principalmente para o mercado externo, com a comercialização sendo realizada pela empresa dos EUA. A Corol, por sua vez, se encarregará de organizar a produção e de adequar o produto ao padrão internacional.

Já a Coopavel investiu R\$ 20 milhões na construção de um frigorífico, pretendendo iniciar as atividades em março, com o abate de 200 bois/dia.

LIMA, Marli. Para diversificar, cooperativas do PR partem para abate de bovinos. **Valor Econômico**, São Paulo, 24 jan. 2005. Empresas, p. B9.

BARÃO, Vera. Corol fará parceria com grupo americano. **Folha de Londrina**, 19 jan. 2005. Folha Economia, p. 7.

*Elaborado com informações disponíveis no período de 1/1/2005 a 28/2/2005.

**Administrador de Empresas, técnico da equipe permanente desta publicação.

***Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários do IPARDES.

INDÚSTRIA

Volvo registra recorde de vendas em 2004

Os bons resultados do agronegócio e a expansão das exportações foram determinantes para que a Volvo do Brasil atingisse um volume de vendas recorde em 2004.

A empresa, sediada na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), vendeu 6.354 caminhões para o mercado interno no ano passado, suplantando em 35% o desempenho de 2003. Já as exportações da companhia cresceram 80%, gerando uma receita bruta de US\$ 382,5 milhões.

Para o ano de 2005, espera-se um crescimento de 5% nas vendas.

PIMENTEL, João Paulo. Volvo bate recorde histórico de produção em 2004. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 fev. 2005. p. 16.

Vendas industriais aumentam 7,43% em 2004

A indústria paranaense encerrou 2004 com aumento de 7,43% no faturamento, após registrar retração de 12% em 2003, segundo a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep). A boa performance do setor decorreu do crescimento das exportações e da recuperação do mercado interno.

Os ramos com desempenho mais destacado foram o de Bebidas, com expansão de 35,43% nas vendas; Material Elétrico e de Comunicações, com avanço de 35,13%; e Material de Transporte, com incremento de 23,73%. Por outro lado, o segmento de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos registrou queda de 23,87% nas vendas.

CASADO, Vânia. Vendas industriais crescem no PR. **Folha de Londrina**, 04 fev. 2005. Folha Economia, p. 5.

COMÉRCIO

Comércio varejista do Paraná cresce 11,29% em 2004

O volume de vendas do comércio varejista do Paraná cresceu 11,29% em 2004. Os segmentos que apresentaram elevação na quantidade vendida foram Móveis e Eletrodomésticos (29,42%); Veículos, Motos, Partes e Peças (16,64%); Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo (11,46%), Combustíveis e Lubrificantes (3,84%) e Vestuários e Calçados (7,40%).

BORDINHÃO, Andréa. Comércio paranaense cresce 15,32%. **Folha de Londrina**, 18 fev. 2005. Folha Economia, p. 3.

Rede de Supermercados Super Muffato investirá R\$ 14 milhões na RMC

A rede de supermercados Super Muffato anunciou a instalação de uma nova loja no município de São José dos Pinhais. O grupo vai investir R\$ 14 milhões no empreendimento, que será inaugurado em abril.

O investimento faz parte de um projeto para a expansão da rede na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), que até agora conta com apenas uma unidade do grupo. A inauguração do novo supermercado vai gerar cerca de 400 empregos diretos e indiretos.

SCHEFFER, Cinthia. Muffato planeja expansão na RMC. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 jan. 2005. p. 8.

COMÉRCIO EXTERIOR

Montadoras alcançam US\$ 1,207 bilhão em exportações

As cinco montadoras de veículos automotores instaladas no Paraná, incluindo os fabricantes de máquinas agrícolas, encerraram 2004 com exportações de US\$ 1,207 bilhão. Este montante representa aumento de 21,2% em relação ao ano anterior, quando as vendas externas somaram US\$ 995 milhões.

Entretanto, a performance do setor ficou abaixo do desempenho das exportações totais do Paraná, que, alavancadas pelo agronegócio, cresceram 31,36% no último ano. Dessa forma, a participação das montadoras no total exportado pelo Estado caiu de 13,82% para 12,84%.

PIMENTEL, João Paulo; ORGIS, Guido. Montadoras exportam 21% a mais, mas perdem peso na pauta do PR. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 jan. 2005. p. 14.

Exportações de frango do Paraná cresceram 103% nos últimos dois anos

As exportações de carne de frango do Paraná totalizaram US\$ 683,5 milhões em 2004, valor que correspondeu a um incremento de 103% em relação a 2002, quando as vendas ao mercado externo alcançaram US\$ 336,1 milhões. Em comparação a 2003, o aumento foi de 51%. Esse bom desempenho tem sido puxado, entre outros fatores, pelas exportações de produtos de maior valor agregado, como o frango em cortes, o pré-cozido, etc.

De acordo com o Sindicato dos Abatedouros e Empresas Avícolas do Paraná (Sindiavipar), o Estado responde por 24% da produção nacional de frangos, com o abate de 80 milhões de cabeças por mês. Apesar da liderança do Paraná na produção, o Estado ocupa a segunda posição nas vendas ao mercado externo, sendo superado por Santa Catarina.

PARANÁ duplica exportações de frango em dois anos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 jan. 2005. p. 23.

CASADO, Vânia. Paraná duplica embarques. **Folha de Londrina**, 27 jan. 2005. Folha Economia, p. 7.

Exportações das cooperativas paranaenses totalizaram US\$ 992 milhões

De acordo com a Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, as cooperativas do Paraná registraram exportações de US\$ 992 milhões em 2004. A que apresentou melhor resultado foi a Coamo, de Campo Mourão, com exportações de US\$ 468,01 milhões. Na sequência, surge a cooperativa Lar, de Medianeira, que registrou vendas de US\$ 74,53 milhões, seguida da C. Vale (Palotina) e da Copacol (Cafelândia), com exportações de US\$ 58,05 milhões e US\$ 43,24 milhões respectivamente.

O bom desempenho do segmento cooperativista no Estado decorre da conquista de novos mercados e da diversificação de produtos. Em volume, as exportações cresceram 27%, saltando de 2,88 milhões de toneladas em 2003 para 3,65 milhões de toneladas em 2004.

CASADO, Vânia. Cooperativas do Pr exportaram US\$ 992 mi. **Folha de Londrina**, 19 jan. 2005. Folha Economia, p. 7.

Grupo Volvo fecha contrato de US\$ 400 milhões

A Volvo, que possui fábrica em Curitiba, fechou contrato de exportação no valor de US\$ 400 milhões, para fornecimento de 1.667 ônibus a três companhias de transporte público de Santiago, no Chile. Os veículos serão destinados ao projeto de reestruturação do sistema de transporte coletivo da capital chilena.

A subsidiária brasileira produzirá 1.157 ônibus articulados, enquanto outros 510 veículos convencionais serão fabricados na Suécia e vendidos às empresas chilenas. Quanto ao fornecimento das carrocerias, a montadora comprará da Marcopolo, Busscar e Caio. Os veículos deverão ser entregues entre junho deste ano e fevereiro de 2006.

OLMOS, Marli. Volvo acerta contrato de US\$ 400 milhões no Chile. **Valor Econômico**. São Paulo, 28 jan. 2005. Empresas, p. B7.

CARNIERI, Helena. Volvo do Brasil ajuda a renovar a frota de Santiago. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 jan. 2005. p. 17.

INFRA-ESTRUTURA

Terminal de contêineres de Paranaguá receberá investimentos

O Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP), administrado pelas empresas espanholas Terminal de Contenedores de Barcelona e Galigrain e pelas brasileiras Soifer Participações Societárias, Pattac e Tuccumann Engenharia e Empreendimentos, deverá receber R\$ 44 milhões em investimentos no ano de 2005. Os recursos serão direcionados à compra de equipamentos de movimentação de cargas (principalmente guindastes), à pavimentação de uma área de 100 mil m² e à implantação de um novo sistema de gerenciamento de operações.

O TCP registrou em 2004 um aumento de 20% nas operações, com a movimentação de 205.742 contêineres, contra 170.242 em 2003. O volume de TEUs (medida que equivale a um contêiner de 20 pés) cresceu 19,64%, somando 345.745 TEUs.

LIMA, Marli. Terminal de contêineres terá R\$ 44 milhões em Paranaguá. **Valor Econômico**, São Paulo, 14 jan. 2005. Empresas, p. B5.

NÍVEL DE ATIVIDADES

Indústria paranaense cria 59.355 vagas de janeiro a novembro de 2004

De acordo com os dados do Ministério do Trabalho, divulgados pelo Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), a indústria paranaense criou 59.355 vagas

de janeiro a novembro de 2004. Os subsectores que mais abriram postos de trabalho caracterizam-se pelos altos coeficientes de exportação, com destaque para alimentos, bebidas e álcool (21.656 vagas), têxtil (9.380 vagas) e madeira e mobiliário (6.489 postos).

Ademais, verificou-se recuperação do emprego industrial na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), com a geração de 17.226 vagas (crescimento de 283,65% em comparação ao período janeiro-novembro de 2003), acompanhando o aumento de 85,64% registrado no interior do Estado (42.192 novos postos).

CARNIERI, Helena. Vagas abertas na indústria paranaense duplicaram em 2004. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 20 jan. 2005. p. 18.

Paraná registra aumento nos empregos industriais em 2004

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o emprego industrial no Paraná registrou aumento de 4,1% em 2004, o terceiro melhor resultado do país.

Os segmentos que mais contrataram no Estado foram Fumo, com crescimento de 23,3%, Vestuário (14,7%) e Máquinas e Equipamentos (9,8%), cabendo destacar que o ramo de vestuário foi o maior gerador de empregos no Paraná, devido ao significativo peso que esse segmento tem na ocupação industrial. Já os ramos que menos contrataram foram os Calçados e Couro (-8,7%), Indústrias Extrativas (-8,6%) e Aparelhos Eletroeletrônicos (-6,4%).

GASPARIN, Mirian. Emprego industrial tem o maior crescimento em 15 anos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 fev. 2005. p. 16.

POLÍTICA FISCAL

Recolhimento de impostos no Paraná atinge R\$ 8,5 bilhões

A arrecadação de impostos do Paraná alcançou a cifra de R\$ 8,5 bilhões, no exercício de 2004. De acordo com a Secretaria Estadual da Fazenda (SEFA), além do aquecimento da atividade econômica, o bom resultado decorreu da redução de 18% para 12% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações realizadas dentro do Estado, e da implementação de critérios da progressividade na cobrança do imposto, favorecendo micro, pequenas e médias empresas.

A despeito das menores alíquotas, a arrecadação do ICMS cresceu 16,6% em relação ao exercício de 2003, acima da taxa de crescimento nominal do PIB estadual (11%), garantindo aumento real da ordem de R\$ 442,1 milhões.

BORTOT, Ivanir José. PR amplia receita com carga menor. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 31 jan. 2005. Finanças & Mercados, p. B14.

ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2005

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 444	1 904	68 051	181 780	2 671	29 336	580 350	19 783
2005 ⁽¹⁾	54 747	121 564	2 220	66 535	172 373	2 591	26 569	556 997	20 964

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 577	152 260	1 295	396 568	33 395 101	84 210	53 812	167 879	3 120
2005 ⁽¹⁾	109 002	101 223	929	402 251	33 265 697	82 699	58 400	192 800	3 301

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2005

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	544 906	718 084	1 318	108 097	2 476 346	22 909	2 843 784	14 403 495	5 065
2004	503 585	664 332	1 319	150 222	2 956 614	19 682	2 464 652	10 958 267	4 446
2005 ⁽¹⁾	432 101	595 799	1 379	205 173	4 129 072	20 125	2 263 505	10 778 783	4 762

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	539	1 197	2 221	4 007 099	10 221 324	2 551	1 350 196	2 980 825	2 208
2005 ⁽¹⁾	540	1 512	2 800	4 145 682	11 791 541	2 844	1 168 324	2 839 909	2 431

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2004

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Março	99 991	16 155	29 054
1998	854 517	236 358	193 435	Abril	101 153	17 152	29 714
1999	957 237	198 873	229 466	Maio	112 623	17 422	30 246
2000	1 041 412	181 113	235 315	Junho	103 349	15 244	29 913
2001	1 121 828	197 985	263 451	Julho	120 730	15 638	32 243
2002	1 235 681	219 350	333 951	Agosto	115 940	17 616	30 363
Janeiro	108 143	16 217	25 688	Setembro	121 156	20 834	30 928
Fevereiro	92 700	15 727	23 247	Outubro	127 530	24 920	33 913
Março	92 731	14 361	24 787	Novembro	115 356	20 766	28 242
Abril	104 996	18 495	28 516	Dezembro	118 106	23 322	25 048
Maio	101 833	16 465	28 223	2004 ⁽¹⁾	1 155 066	200 692	257 438
Junho	100 807	16 944	26 889	Janeiro	121 181	18 728	27 006
Julho	116 253	17 934	29 970	Fevereiro	110 707	17 839	26 296
Agosto	106 345	18 803	30 677	Março	130 714	21 834	29 479
Setembro	103 766	19 608	28 916	Abril	127 224	21 885	27 522
Outubro	109 473	23 072	31 264	Maio	129 493	23 624	29 508
Novembro	99 931	21 024	28 849	Junho	130 170	26 308	29 841
Dezembro	98 702	20 701	26 926	Julho	138 452	22 128	30 029
2003	1 344 398	219 774	359 139	Agosto	132 983	22 417	28 961
Janeiro	109 999	15 544	31 393	Setembro	134 141	25 930	28 795
Fevereiro	98 465	15 161	28 084				

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - PRODUÇÃO DE COLHEITADEIRAS E TRATORES, NO PARANÁ - 1976 - JANEIRO 2005

ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)		ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)	
	Colheitadeiras	Tratores		Colheitadeiras	Tratores
1976	1 515	5 186	Agosto	142	921
1977	1 356	8 826	Setembro	234	1 066
1978	1 614	9 636	Outubro	292	1 148
1979	1 635	12 575	Novembro	270	860
1980	1 936	13 482	Dezembro	218	499
1981	1 954	14 105	2003	3 112	10 449
1982	1 179	6 606	Janeiro	220	478
1983	1 079	3 345	Fevereiro	238	734
1984	1 748	7 921	Março	247	776
1985	2 167	9 728	Abril	129	956
1986	2 029	10 588	Maio	192	1 040
1987	2 121	9 479	Junho	196	929
1988	1 567	8 847	Julho	220	1 084
1989	1 386	6 189	Agosto	317	1 126
1990	885	4 111	Setembro	324	1 063
1991	584	2 677	Outubro	395	867
1992	593	2 893	Novembro	347	886
1993	1 038	4 475	Dezembro	287	510
1994	1 707	9 011	2004	3 147	10 619
1995	859	5 095	Janeiro	198	440
1996	897	4 180	Fevereiro	408	694
1997	1 296	6 062	Março	399	896
1998	1 380	6 025	Abril	227	766
1999	1 351	4 854	Maio	228	795
2000	1 692	6 251	Junho	213	942
2001	2 046	8 307	Julho	162	1 182
2002	2 448	9 752	Agosto	242	1 175
Janeiro	301	401	Setembro	214	1 004
Fevereiro	279	652	Outubro	301	1 047
Março	286	702	Novembro	265	931
Abril	132	901	Dezembro	290	747
Maio	126	787	2005	60	246
Junho	128	635	Janeiro	60	246
Julho	40	1 180			

FONTES: Anfavea, New Holland Latino-Americana Ltda.

TABELA 4 - PRODUÇÃO DE AUTOVEÍCULOS, NO PARANÁ – 1999 – JANEIRO 2005

ANO	PRODUÇÃO (unidades)		
	COMERCIAIS LEVES ⁽¹⁾	COMERCIAIS PESADOS	AUTOMÓVEIS DE PASSAGEIROS E DE USO MISTO
1999	4 677	4 176	41 864
2000	4 945	6 272	132 149
2001	1 755	5 854	169 441
2002	5 063	5 512	131 285
2003	9 242	6 147	133 269
Janeiro	664	399	11 354
Fevereiro	803	486	13 218
Março	763	466	12 386
Abril	859	398	10 499
Maio	997	560	13 296
Junho	1 020	405	9 901
Julho	1 198	590	6 746
Agosto	867	543	9 336
Setembro	281	507	10 618
Outubro	1 192	719	13 134
Novembro	474	679	13 003
Dezembro	124	395	9 778
2004	13 599	9 153	195 817
Janeiro	929	562	12 845
Fevereiro	1 191	594	12 867
Março	1 134	909	15 386
Abril	933	629	12 623
Maio	1 219	754	11 570
Junho	1 335	813	20 651
Julho	1 182	786	22 089
Agosto	1 139	863	21 411
Setembro	1 313	781	19 439
Outubro	1 352	796	12 197
Novembro	1 085	857	19 007
Dezembro	787	809	15 732
2005	721	661	18 282
Janeiro	721	661	18 282

FONTE: Anfavea

(1) Não inclui a picape Saveiro, veículo produzido em fábricas localizadas em São Bernardo do Campo (SP) e São José dos Pinhais (PR).

TABELA 5 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2004

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,07	3 932 564
2000	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509
2002	2 383 978	41,82	668 790	11,73	2 574 063	45,16	73 368	1,29	5 700 199
2003	2 984 894	41,73	877 823	12,27	3 212 969	44,92	77 549	1,08	7 153 235
2004 ⁽¹⁾	3 908 802	41,60	969 038	10,31	4 428 832	47,13	89 862	0,96	9 396 534

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 6 - COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE E BRASILEIRO, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS - 2003-2004

BLOCOS ECONÔMICOS/ REGIÕES	PARANÁ					BRASIL					PART. PR/BR	
	2004		2003		Variação (%)	2004		2003		Variação (%)	2004 (%)	2003 (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)		US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)			
EXPORTAÇÃO	9 396 534	100,00	7 153 235	100,00	31,36	96 475 220	100,00	73 084 140	100,00	32,01	9,74	9,79
União Européia	2 676 718	28,49	2 148 900	30,04	22,21	24 160 225	25,04	18 461 013	25,26	30,87	11,08	11,64
Ásia (excl. Oriente Médio)	1 857 534	19,77	1 476 765	20,64	25,78	14 563 861	15,10	11 676 286	15,98	24,73	12,75	12,65
Estados Unidos (incl. Porto Rico)	1 288 856	13,72	1 044 913	14,61	20,09	20 341 274	21,08	16 900 223	23,12	20,36	6,34	6,18
Oriente Médio	843 999	8,98	603 960	8,44	41,09	3 687 155	3,82	2 805 864	3,84	31,41	22,89	21,52
Mercosul	830 011	8,83	500 482	7,00	65,84	8 912 111	9,24	5 671 853	7,76	57,13	9,31	8,82
Europa Oriental	369 101	3,93	337 420	4,72	17,34	2 487 768	2,58	2 028 260	2,78	22,66	14,84	16,64
África	330 249	3,51	275 943	3,86	19,68	4 244 927	4,40	2 860 142	3,91	48,42	7,78	9,65
Outros ⁽¹⁾	1 200 065	12,77	764 851	10,69	65,80	18 077 899	18,74	12 680 499	17,35	42,56	6,64	6,03
IMPORTAÇÃO	4 026 148	100,00	3 486 062	100,00	15,49	62 789 913	100,00	48 291 040	100,00	30,02	6,41	7,22
União Européia	1 457 077	36,19	1 266 078	36,32	15,09	15 920 303	25,35	13 021 805	26,97	22,26	9,15	9,72
Estados Unidos (incl. Porto Rico)	537 947	13,36	439 786	12,62	22,32	11 510 927	18,33	9 726 104	20,14	18,35	4,67	4,52
Ásia (excl. Oriente Médio)	457 973	11,37	317 890	9,12	44,07	12 278 857	19,56	8 922 678	18,48	37,61	3,73	3,56
Mercosul	442 765	11,00	564 036	16,18	-21,50	6 392 897	10,18	5 684 756	11,77	12,46	6,93	9,92
África	407 563	10,12	369 421	10,60	10,32	6 182 706	9,85	3 277 529	6,79	88,64	6,59	11,27
Europa Oriental	271 064	6,73	181 828	5,22	49,08	1 324 049	2,11	852 596	1,77	55,30	20,47	21,33
Oriente Médio	119 988	2,98	78 568	2,25	52,72	2 303 954	3,67	1 619 163	3,35	42,29	5,21	4,85
Outros ⁽¹⁾	331 771	8,24	268 455	7,70	23,59	6 876 220	10,95	5 186 409	10,74	32,58	4,82	5,18

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

(1) Inclui provisão de navios e aeronaves.

TABELA 7 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-DEZEMBRO 2003-2004

GRUPO / SUBGRUPO	2004		2003		continua
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	VAR. (%)
Complexo soja	2 948 770 578	31,38	2 476 453 829	34,62	19,07
Soja em grão	1 271 381 175	13,53	1 077 348 569	15,06	18,01
Farelo de soja	1 081 946 986	11,51	872 398 744	12,20	24,02
Óleo de soja bruto	460 220 149	4,90	406 940 269	5,69	13,09
Óleo de soja refinado	133 159 525	1,42	119 766 247	1,67	11,18
Óleo de soja, exceto refinado ou em bruto	2 062 743	0,02	-	-	-
Material de transporte e componentes	1 598 365 495	17,01	1 362 838 729	19,05	17,28
Automóveis	591 048 394	6,29	656 812 338	9,18	-10,01
Motores para automóveis	564 610 135	6,01	427 255 209	5,97	32,15
Tratores	191 958 975	2,04	96 480 243	1,35	98,96
Autopeças	105 273 043	1,12	81 200 467	1,14	29,65
Veículos de carga	84 191 545	0,90	56 600 653	0,79	48,75
Chassis e carroçarias para veículos automóveis	29 932 135	0,32	27 048 034	0,38	10,66
Ônibus	24 530 788	0,26	11 635 284	0,16	110,83
Helicópteros	1 484 891	0,02	1 203 464	0,02	23,38
Reboques para transporte de mercadorias	965 611	0,01	1 122 420	0,02	-13,97
Pneumáticos e câmaras de ar	589 293	0,01	705 747	0,01	-16,50
Trens e materiais para vias férreas	121 600	-	25 020	-	386,01
Motocicletas	12 609	-	13 811	-	-8,70
Motores e turbinas para aviação	221	-	-	-	-
Partes e peças de aviões e helicópteros	-	-	172	-	-100,00
Demais materiais elétricos e eletrônicos	3 646 255	0,04	2 735 867	0,04	33,28
Madeiras e manufaturas de madeira	1 168 421 598	12,43	758 421 033	10,60	54,06
Madeira compensada ou contraplacada	527 154 996	5,61	343 139 251	4,80	53,63
Madeira serrada	199 861 296	2,13	161 239 834	2,25	23,95
Obras de marcenaria ou de carpintaria	159 856 507	1,70	74 217 806	1,04	115,39
Painéis de fibras ou de partículas de madeira	66 573 773	0,71	38 293 261	0,54	73,85
Madeira laminada	22 520 474	0,24	17 520 965	0,24	28,53
Demais madeiras e manufaturas de madeira	192 454 552	2,05	124 009 916	1,73	55,19
Complexo carnes	967 546 228	10,30	657 778 467	9,20	47,09
Carne de frango "in natura"	679 134 429	7,23	445 425 573	6,23	52,47
Carne bovina "in natura"	101 533 325	1,08	61 420 833	0,86	65,31
Carne suína "in natura"	101 466 293	1,08	90 560 420	1,27	12,04
Carne de peru "in natura"	53 064 177	0,56	34 413 557	0,48	54,20
Carne de frango industrializada	4 459 450	0,05	4 867 232	0,07	-8,38
Carne bovina industrializada	733 150	0,01	365 404	0,01	100,64
Demais carnes	27 155 404	0,29	20 725 448	0,29	31,02
Cereais	486 481 973	5,18	307 498 861	4,30	58,21
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	442 120 053	4,71	269 940 207	3,77	63,78
Compressores e bombas	156 090 373	1,66	73 175 684	1,02	113,31
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator	98 122 102	1,04	48 676 637	0,68	101,58
Refrigeradores e congeladores	57 402 139	0,61	38 826 008	0,54	47,84
Máquinas e aparelhos de elevação de carga, descarga, etc.	22 908 203	0,24	16 011 913	0,22	43,07
Rolamentos e engrenagens	18 827 428	0,20	11 210 978	0,16	67,94
Torneiras e válvulas	11 347 336	0,12	22 098 381	0,31	-48,65

TABELA 7 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-DEZEMBRO 2003-2004

GRUPO / SUBGRUPO	2004		2003		conclusão
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	VAR. (%)
Papel e celulose	215 237 561	2,29	178 725 223	2,50	20,43
Papel	215 025 154	2,29	178 713 638	2,50	20,32
Celulose	212 407	-	11 585	-	1 733,47
Materiais elétricos e eletrônicos	207 695 811	2,21	64 087 335	0,90	224,08
Aparelhos elétricos para telefonia	126 474 121	1,35	23 781 700	0,33	431,81
Fios, cabos e condutores para uso elétrico	36 524 151	0,39	16 950 363	0,24	115,48
Aparelhos transmissores e receptores	18 558 113	0,20	4 482 874	0,06	313,98
Geradores e transformadores, elétricos	9 051 178	0,10	5 277 489	0,07	71,51
Aparelhos eletro-mecânicos ou térmicos, de uso doméstico	5 626 340	0,06	6 163 094	0,09	-8,71
Aparelhos para interrupção, proteção de energia, suas partes	3 003 378	0,03	1 953 468	0,03	53,75
Demais materiais elétricos e eletrônicos	8 458 530	0,09	5 478 347	0,08	54,40
Produtos químicos	205 401 715	2,19	174 109 173	2,43	17,97
Adubos e fertilizantes	69 584 314	0,74	56 354 424	0,79	23,48
Plásticos e suas obras	36 105 547	0,38	26 897 949	0,38	34,23
Produtos químicos orgânicos	33 828 181	0,36	36 011 908	0,50	-6,06
Produtos químicos inorgânicos	11 610 600	0,12	8 510 875	0,12	36,42
Óleos essenciais e resinóides	6 572 224	0,07	5 399 536	0,08	21,72
Extratos tanantes e tintoriais	2 175 276	0,02	1 381 822	0,02	57,42
Produtos farmacêuticos	1 154 117	0,01	1 190 128	0,02	-3,03
Produtos para fotografia	27	-	12 597	-	-99,79
Demais produtos químicos	44 371 429	0,47	38 349 934	0,54	15,70
Café	188 162 124	2,00	154 125 577	2,15	22,08
Café solúvel	121 864 953	1,30	107 712 439	1,51	13,14
Café cru em grão	66 297 171	0,71	46 413 138	0,65	42,84
Açúcar	175 187 311	1,86	185 367 604	2,59	-5,49
Açúcar bruto	154 952 817	1,65	172 738 711	2,41	-10,30
Açúcar refinado	20 234 494	0,22	12 628 893	0,18	60,22
Produtos metalúrgicos	148 980 386	1,59	94 713 298	1,32	57,30
Produtos semimanufaturados de ferro ou aço	51 252 108	0,55	51 369 007	0,72	-0,23
Produtos laminados planos de ferro ou aço	43 454 028	0,46	7 108 237	0,10	511,32
Barras, perfis, fios, chapas e tiras, de alumínio	7 155 275	0,08	4 698 295	0,07	52,30
Fio-máquinas e barras de ferro ou aço	5 471 209	0,06	8 443 270	0,12	-35,20
Tubos de ferro fundido, ferro ou aço	1 600 316	0,02	1 480 304	0,02	8,11
Ferro fundido bruto e ferro "spiegel" (ferro gusa)	-	-	3 432	-	-100,00
Demais produtos metalúrgicos	40 047 450	0,43	21 610 753	0,30	85,31
Derivados de petróleo	103 906 298	1,11	83 848 233	1,17	23,92
Óleos e combustíveis para consumo de bordo	86 342 700	0,92	74 877 562	1,05	15,31
Óleos e combustíveis	9 734 190	0,10	3 829 100	0,05	154,22
Gasolina	3 208 792	0,03	-	-	-
Óleos lubrificantes	1 776 490	0,02	1 292 771	0,02	37,42
Demais derivados de petróleo	2 844 126	0,03	3 848 800	0,05	-26,10
Móveis e mobiliário médico-cirúrgico	93 416 480	0,99	62 439 645	0,87	49,61
Produtos têxteis	90 199 994	0,96	65 958 249	0,92	36,75
Fios de seda	25 500 698	0,27	19 404 074	0,27	31,42
Confecções	12 797 577	0,14	14 146 363	0,20	-9,53
Fios de algodão	6 097 528	0,06	8 735 123	0,12	-30,20
Fios sintéticos ou artificiais	1 627 626	0,02	1 322 090	0,02	23,11
Tecidos de algodão	139 148	-	60 239	-	130,99
Sisal em fibras, cordas e cabos	-	-	605	-	-100,00
Demais produtos têxteis	44 037 417	0,47	22 289 755	0,31	97,57
Outros grupos	356 640 578	3,80	256 929 529	3,59	38,81
TOTAL	9 396 534 183	100,00	7 153 234 992	100,00	31,36

FONTE: MDIC/SECEX

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA 8 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-DEZEMBRO 2003-2004

GRUPO / SUBGRUPO	2004		2003		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Produtos químicos	1 048 121 790	26,03	735 369 282	21,09	42,53
Adubos e fertilizantes	612 788 097	15,22	403 957 601	11,59	51,70
Produtos químicos orgânicos	208 790 556	5,19	140 536 725	4,03	48,57
Plásticos e suas obras	115 924 373	2,88	101 526 660	2,91	14,18
Produtos químicos inorgânicos	19 244 341	0,48	15 354 847	0,44	25,33
Produtos farmacêuticos	16 925 711	0,42	23 399 981	0,67	-27,67
Extratos tanantes e tintoriais	16 514 204	0,41	11 211 767	0,32	47,29
Óleos essenciais e resinóides	4 805 481	0,12	4 924 104	0,14	-2,41
Produtos para fotografia	1 629 720	0,04	1 685 644	0,05	-3,32
Demais produtos químicos	51 499 307	1,28	32 771 953	0,94	57,14
Material de transporte e componentes	689 511 285	17,13	679 389 373	19,49	1,49
Autopeças	398 267 651	9,89	398 818 111	11,44	-0,14
Motores para automóveis	180 447 378	4,48	179 371 635	5,15	0,60
Automóveis	43 784 315	1,09	37 631 885	1,08	16,35
Pneumáticos e câmaras de ar	17 894 338	0,44	16 079 487	0,46	11,29
Helicópteros	11 836 353	0,29	12 269 510	0,35	-3,53
Aviões	4 622 680	0,11	3 300 000	0,09	40,08
Trens e materiais para vias férreas	3 594 479	0,09	1 067 745	0,03	236,64
Veículos de carga	3 366 983	0,08	5 592 138	0,16	-39,79
Chassis e carroçarias para veículos automóveis	1 685 450	0,04	1 091 553	0,03	54,41
Tratores	980 000	0,02	438 163	0,01	123,66
Partes e peças de aviões e helicópteros	669 686	0,02	726 614	0,02	-7,83
Motores e turbinas para aviação	318 544	0,01	554 066	0,02	-42,51
Motocicletas	133 180	-	-	-	-
Ônibus	-	-	158 587	-	-100,00
Demais materiais elétricos e eletrônicos	21 910 248	0,54	22 289 879	0,64	-1,70
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	559 083 154	13,89	460 822 458	13,22	21,32
Compressores e bombas	127 886 104	3,18	107 227 106	3,08	19,27
Rolamentos e engrenagens	78 100 878	1,94	68 732 888	1,97	13,63
Torneiras e válvulas	35 196 231	0,87	23 554 449	0,68	49,42
Computadores e acessórios	31 811 790	0,79	13 532 189	0,39	135,08
Aparelhos de ar condicionado	28 406 005	0,71	22 166 504	0,64	28,15
Aparelhos para filtrar ou depurar	24 559 707	0,61	23 185 687	0,67	5,93
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator	22 649 625	0,56	27 007 937	0,77	-16,14
Refrigeradores e congeladores	12 566 897	0,31	11 419 867	0,33	10,04
Máquinas e aparelhos de elevação de carga, descarga, etc.	8 839 688	0,22	12 345 603	0,35	-28,40
Máquinas e aparelhos para fabr. de pasta celulósica e papel	7 230 971	0,18	5 087 063	0,15	42,14
Máquinas e aparelhos para encher, fechar, etc. recipientes	2 394 029	0,06	3 134 404	0,09	-23,62
Máquinas de costura	768 530	0,02	765 790	0,02	0,36
Máquinas e aparelhos para trabalhar pedra e minério	474 090	0,01	900 797	0,03	-47,37
Laminadores de metais	388 479	0,01	1 372 147	0,04	-71,69
Máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração	67 326	-	120 136	-	-43,96
Demais máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	177 742 804	4,41	140 269 891	4,02	26,71
Derivados de petróleo	409 139 286	10,16	385 280 739	11,05	6,19
Óleos brutos de petróleo	330 217 708	8,20	344 406 879	9,88	-4,12
Óleos e combustíveis	65 692 021	1,63	13 247 280	0,38	395,89
Gasolina	2 763 133	0,07	-	-	-
Óleos lubrificantes	581 692	0,01	373 484	0,01	55,75
Demais derivados de petróleo	9 884 732	0,25	27 253 096	0,78	-63,73

continua

TABELA 8 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-DEZEMBRO 2003-2004

GRUPO / SUBGRUPO	2004		2003		conclusão
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	VAR. (%)
Materiais elétricos e eletrônicos	386 278 809	9,59	292 652 254	8,39	31,99
Aparelhos transmissores e receptores	76 505 319	1,90	73 675 709	2,11	3,84
Aparelhos elétricos para telefonia	45 553 530	1,13	40 407 192	1,16	12,74
Aparelhos para interrupção, proteção de energia, suas partes	41 734 782	1,04	41 334 274	1,19	0,97
Geradores e transformadores, elétricos	41 249 858	1,02	33 465 646	0,96	23,26
Fios, cabos e condutores para uso elétrico	15 038 574	0,37	11 562 961	0,33	30,06
Aparelhos eletro-mecânicos ou térmicos, de uso doméstico	3 096 939	0,08	6 150 203	0,18	-49,64
Demais materiais elétricos e eletrônicos	163 099 807	4,05	86 056 269	2,47	89,53
Produtos metalúrgicos	125 447 365	3,12	87 032 229	2,50	44,14
Barras, perfis, fios, chapas e tiras, de alumínio	11 176 334	0,28	10 559 862	0,30	5,84
Tubos de ferro fundido, ferro ou aço	6 856 641	0,17	5 336 007	0,15	28,50
Produtos laminados planos de ferro ou aço	4 631 212	0,12	3 659 426	0,10	26,56
Catodos de cobre	1 973 053	0,05	-	-	-
Fio-máquinas e barras de ferro ou aço	641 170	0,02	410 137	0,01	56,33
Produtos semimanufaturados de ferro ou aço	413 260	0,01	-	-	-
Ferro-ligas	280 966	0,01	179 432	0,01	56,59
Ligas de alumínio	1 139	-	4 534	-	-74,88
Alumínio em bruto	62	-	-	-	-
Ferro fundido bruto e ferro "spiegel" (ferro gusa)	-	-	128	-	-100,00
Demais produtos metalúrgicos	99 473 528	2,47	66 882 703	1,92	48,73
Instrumentos, aparelhos de ótica e de precisão	105 103 411	2,61	101 832 374	2,92	3,21
Papel e celulose	91 502 801	2,27	68 838 528	1,97	32,92
Papel	50 215 987	1,25	33 530 191	0,96	49,76
Celulose	41 286 814	1,03	35 308 337	1,01	16,93
Produtos têxteis	72 169 862	1,79	67 193 392	1,93	7,41
Confecções	29 943 131	0,74	19 408 048	0,56	54,28
Fios sintéticos ou artificiais	16 615 849	0,41	15 713 815	0,45	5,74
Tecidos de algodão	178 119	-	66 896	-	166,26
Sisal em fibras, cordas e cabos	222	-	92	-	141,30
Fios de algodão	-	-	860	-	-100,00
Demais produtos têxteis	25 432 541	0,63	32 003 681	0,92	-20,53
Cereais	60 681 236	1,51	112 871 923	3,24	-46,24
Soja	51 176 103	1,27	195 154 477	5,60	-73,78
Soja mesmo triturada	43 538 542	1,08	184 303 618	5,29	-76,38
Farelo de soja	7 637 561	0,19	10 398 859	0,30	-26,55
Óleo de soja em bruto	-	-	452 000	0,01	-100,00
Madeiras e manufaturas de madeira	33 215 548	0,82	20 856 374	0,60	59,26
Painéis de fibras ou de partículas de madeira	24 430 246	0,61	14 708 534	0,42	66,10
Madeira serrada	4 501 022	0,11	2 723 388	0,08	65,27
Madeira laminada	2 543 763	0,06	2 218 663	0,06	14,65
Madeira compensada ou contraplacada	59 090	-	58 294	-	1,37
Obras de marcenaria ou de carpintaria	887	-	202	-	339,11
Demais madeiras e manufaturas de madeira	1 680 540	0,04	1 147 293	0,03	46,48
Móveis e mobiliário médico-cirúrgico	30 349 670	0,75	24 317 615	0,70	24,81
Outros grupos de produtos	364 367 482	9,05	254 450 973	7,30	43,20
TOTAL	4 026 147 802	100,00	3 486 061 991	100,00	15,49

FONTE: MDIC/SECEX

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA 9 - BALANÇO COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2005

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	-5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	-6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	-6 623 614
1999	3 932 564	3 699 957	232 607	48 011 444	49 294 639	-1 283 195
2000	4 392 091	4 685 381	-293 290	55 085 595	55 838 590	-752 994
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 436
2002	5 700 199	3 333 800	2 366 386	60 361 786	47 236 751	13 125 034
2003	7 153 235	3 486 062	3 667 173	73 084 140	48 291 040	24 793 100
Janeiro	415 305	231 860	183 445	4 805 211	3 650 242	1 154 969
Fevereiro	405 642	230 993	174 649	5 001 174	3 888 729	1 112 445
Março	530 027	268 307	261 720	5 238 699	3 702 307	1 536 392
Abril	657 474	289 699	367 774	5 710 491	3 988 832	1 721 659
Maio	716 000	269 692	446 307	6 372 184	3 854 472	2 517 712
Junho	630 768	286 868	343 900	5 874 570	3 520 860	2 353 710
Julho	562 814	338 645	224 169	6 104 456	4 049 093	2 055 363
Agosto	830 396	288 783	541 613	6 403 412	3 730 821	2 672 591
Setembro	668 309	320 715	347 594	7 280 148	4 615 865	2 664 283
Outubro	662 857	324 283	338 574	7 565 644	5 030 027	2 535 617
Novembro	519 165	371 923	147 242	5 980 003	4 262 415	1 717 588
Dezembro	554 477	264 293	290 185	6 748 148	3 997 377	2 750 771
2004 ⁽¹⁾	9 396 534	4 026 147	5 370 386	96 475 220	62 789 913	33 685 307
Janeiro	507 086	248 412	258 674	5 799 645	4 214 037	1 585 607
Fevereiro	520 516	258 263	262 253	5 721 636	3 752 181	1 969 455
Março	798 144	307 242	490 902	7 926 995	5 344 400	2 582 594
Abril	584 912	257 448	327 463	6 589 499	4 630 089	1 959 409
Maio	832 956	289 296	543 660	7 941 178	4 823 509	3 117 669
Junho	1 484 571	457 224	1 027 347	9 327 515	5 527 117	3 800 397
Julho	881 370	376 206	505 164	8 992 426	5 525 158	3 467 268
Agosto	933 007	388 300	544 707	9 056 464	5 620 947	3 435 517
Setembro	845 966	359 464	486 502	8 922 690	5 751 246	3 171 444
Outubro	715 477	369 013	346 464	8 843 387	5 838 040	3 005 369
Novembro	642 846	312 102	330 744	8 159 287	6 078 801	2 080 464
Dezembro	649 682	403 177	246 505	9 194 498	5 684 386	3 510 112
2005 ⁽¹⁾	536 298	397 885	138 414	7 444 300	5 260 466	2 183 833
Janeiro	536 298	397 885	138 414	7 444 300	5 260 466	2 183 833

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 10 - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC) EM CURITIBA - 1999 - JANEIRO 2005

PERÍODO	VARIAÇÃO (%)	PERÍODO	VARIAÇÃO (%)
1999	9,52	Junho	-0,11
2000	6,23	Julho	0,06
2001	5,90	Agosto	0,43
2002	12,02	Setembro	0,43
Janeiro	0,88	Outubro	0,26
Fevereiro	0,20	Novembro	0,21
Março	0,40	Dezembro	-0,05
Abril	0,78	2004	10,40
Maio	0,47	Janeiro	1,72
Junho	0,55	Fevereiro	0,48
Julho	0,52	Março	0,48
Agosto	0,60	Abril	1,44
Setembro	1,12	Maio	1,09
Outubro	1,44	Junho	1,27
Novembro	2,95	Julho	0,70
Dezembro	1,53	Agosto	0,87
2003	6,46	Setembro	0,04
Janeiro	1,88	Outubro	0,60
Fevereiro	0,61	Novembro	0,48
Março	1,19	Dezembro	0,79
Abril	0,87	2005	0,52
Maio	0,51	Janeiro	0,52

FONTE: IPARDES

TABELA 11 - PRINCIPAIS ÍNDICES NACIONAIS DE PREÇOS - 1980-2005

PERÍODO	VARIACÃO (%)				
	IPCA	IGP-DI	IGP-M	IPA-DI	INCC
1980	99,25	110,23	...	121,36	113,03
1981	95,62	95,20	...	94,28	86,12
1982	104,80	99,73	...	97,71	108,00
1983	164,01	211,02	...	234,04	148,91
1984	215,26	223,81	...	230,28	213,35
1985	242,23	235,13	...	225,77	283,63
1986	79,66	65,04	...	62,55	81,25
1987	363,41	415,95	...	407,25	416,58
1988	980,21	1 037,53	...	1 050,15	1 060,42
1989	1 972,91	1 782,85	...	1 748,91	2 022,58
1990	1 620,97	1 476,71	1 699,87	1 449,59	1 095,42
1991	472,70	480,23	458,38	471,67	486,30
1992	1 119,10	1 157,84	1 174,67	1 154,31	1 194,59
1993	2 477,15	2 708,17	2 567,34	2 639,47	2 763,41
1994	916,46	1 093,85	1 246,62	1 029,37	1 029,77
1995	22,41	14,77	15,24	6,38	31,48
1996	9,56	9,33	9,19	8,10	9,56
1997	5,22	7,48	7,74	7,80	6,81
1998	1,66	1,71	1,79	1,50	2,76
1999	8,94	19,99	20,10	28,88	9,20
2000	5,97	9,80	9,95	12,06	7,66
2001	7,67	10,40	10,37	11,88	8,85
2002	12,53	26,41	25,30	35,41	12,87
2003	9,30	7,66	8,69	6,27	14,42
Janeiro	2,25	2,17	2,33	2,21	1,51
Fevereiro	1,57	1,59	2,28	1,71	1,39
Março	1,23	1,66	1,53	1,93	1,38
Abril	0,97	0,41	0,92	0,07	0,90
Mai	0,61	-0,67	-0,26	-1,68	2,84
Junho	-0,15	-0,70	-1,00	-1,16	1,05
Julho	0,20	-0,20	-0,42	-0,59	0,99
Agosto	0,34	0,62	0,38	0,7	1,44
Setembro	0,78	1,05	1,18	1,29	0,22
Outubro	0,29	0,44	0,38	0,5	0,65
Novembro	0,34	0,48	0,49	0,46	1,04
Dezembro	0,52	0,60	0,61	0,74	0,16
2004	7,60	12,13	12,42	14,68	11,04
Janeiro	0,76	0,80	0,88	0,75	0,33
Fevereiro	0,61	1,08	0,69	1,42	1,00
Março	0,47	0,93	1,13	1,09	1,16
Abril	0,37	1,15	1,21	1,57	0,59
Mai	0,51	1,46	1,31	1,71	1,83
Junho	0,71	1,29	1,38	1,57	0,70
Julho	0,91	1,14	1,31	1,35	1,12
Agosto	0,69	1,31	1,22	1,59	0,81
Setembro	0,33	0,48	0,69	0,65	0,58
Outubro	0,44	0,53	0,39	0,61	1,19
Novembro	0,69	0,82	0,82	1,00	0,71
Dezembro	0,86	0,52	0,74	0,48	0,51
2005	0,58	0,33	0,69	0,08	0,75
Janeiro	0,58	0,33	0,39	0,08	0,75
Fevereiro	0,30

FONTES: IBGE, FGV

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 12 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982 - JANEIRO 2005

continua

ANO	RESIDENCIAL			INDUSTRIAL			COMERCIAL			RURAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	1 299 593	969 291	1,34	3 001 995	17 813	168,53	851 549	128 761	6,61	272 938	84 482	3,23
1983	1 448 654	1 034 511	1,40	3 073 475	17 546	175,17	918 416	132 319	6,94	316 622	98 197	3,22
1984	1 540 255	1 087 628	1,42	3 501 765	17 414	201,09	1 004 286	134 149	7,49	375 082	110 924	3,38
1985	1 664 522	1 160 358	1,43	4 223 948	18 538	227,85	1 082 727	137 975	7,85	455 386	149 948	3,04
1986	1 742 477	1 226 376	1,42	4 344 589	22 414	193,83	1 040 502	147 003	7,08	529 374	180 612	2,93
1987	1 969 469	1 283 301	1,53	4 426 193	23 592	187,61	1 139 754	153 382	7,43	623 808	207 010	3,01
1988	2 131 094	1 352 531	1,58	4 812 478	24 765	194,33	1 198 790	159 021	7,54	666 583	225 616	2,95
1989	2 305 889	1 432 780	1,61	4 943 319	26 844	184,15	1 256 049	167 241	7,51	669 758	232 101	2,89
1990	2 532 547	1 487 769	1,70	4 942 352	28 307	174,60	1 326 884	174 915	7,59	710 262	239 930	2,96
1991	2 728 913	1 564 954	1,74	4 961 887	30 093	164,89	1 410 622	184 105	7,66	770 424	241 854	3,19
1992	2 803 183	1 661 526	1,69	5 277 590	29 719	177,58	1 465 433	189 726	7,72	783 676	242 718	3,23
1993	2 942 026	1 760 153	1,67	5 721 496	31 475	181,78	1 562 062	198 402	7,87	807 335	253 995	3,18
1994	3 083 465	1 850 043	1,67	6 109 250	34 527	174,33	1 644 415	206 957	7,95	849 676	261 024	3,26
1995	3 496 661	1 928 441	1,81	6 319 368	36 322	173,98	1 828 569	215 459	8,48	921 030	264 605	3,48
1996	3 893 958	2 017 401	1,93	6 481 741	39 319	164,85	1 997 484	223 907	8,92	972 044	271 667	3,58
1997	4 070 901	2 087 652	1,95	6 773 231	41 752	162,22	2 164 222	231 472	9,35	1 019 293	273 850	3,72
1998	4 315 128	2 162 281	2,00	7 076 156	43 040	164,41	2 323 067	236 269	9,84	1 053 364	282 738	3,73
1999	4 286 162	2 159 603	1,98	6 237 923	43 090	144,76	2 383 606	235 671	10,11	1 082 043	279 932	3,87
2000	4 447 391	2 226 052	1,99	6 868 185	44 225	155,30	2 562 616	242 115	10,58	1 128 692	286 710	3,93
2001	4 311 700	2 304 333	1,87	7 308 055	45 326	165,25	2 638 769	248 633	10,61	1 137 253	302 767	3,97
2002	4 306 640	2 361 718	1,82	7 554 424	46 383	162,87	2 726 240	252 031	10,82	1 216 176	313 642	3,88
2003	4 381 518	2 428 812	1,80	7 233 321	49 062	147,43	2 863 582	257 408	11,12	1 249 719	321 491	3,89
Janeiro	386 855	2 376 132	0,16	577 086	46 511	12,41	242 493	252 399	0,96	107 699	314 801	0,34
Fevereiro	370 475	2 369 600	0,16	593 402	46 326	12,81	246 521	251 170	0,98	111 083	315 234	0,35
Março	359 105	2 381 021	0,15	577 534	46 481	12,43	250 746	252 072	0,99	108 661	312 328	0,35
Abril	370 430	2 390 008	0,15	602 993	46 824	12,88	251 285	252 375	1,00	105 646	312 203	0,34
Maio	355 220	2 386 387	0,15	579 076	46 982	12,33	225 974	252 276	0,90	103 019	316 208	0,33
Junho	361 990	2 396 760	0,15	604 812	47 297	12,79	224 627	253 212	0,89	99 301	318 503	0,31
Julho	356 125	2 404 571	0,15	608 305	47 621	12,77	219 125	253 921	0,86	98 996	318 552	0,31
Agosto	362 601	2 407 322	0,15	611 374	47 936	12,75	233 287	254 679	0,92	100 064	319 998	0,31
Setembro	364 246	2 410 226	0,15	618 597	48 240	12,82	234 127	255 096	0,92	100 865	319 574	0,32
Outubro	362 314	2 416 767	0,15	612 457	48 629	12,59	238 260	255 901	0,93	102 151	319 772	0,32
Novembro	369 573	2 422 467	0,15	626 599	48 883	12,82	247 215	256 855	0,96	105 899	321 102	0,33
Dezembro	362 584	2 428 812	0,15	608 026	49 062	12,39	249 922	257 408	0,97	106 335	321 491	0,33
2004	4 466 727	2 495 584	1,79	7 129 565	50 032	142,50	3 024 575	266 491	11,35	1 320 089	327 097	4,04
Janeiro	378 173	2 436 535	0,16	556 424	49 115	11,33	251 488	257 436	0,98	110 405	322 033	0,34
Fevereiro	378 806	2 441 103	0,16	581 142	49 179	11,82	263 675	257 437	1,02	118 227	322 364	0,37
Março	365 117	2 445 571	0,15	589 574	49 345	11,95	261 910	258 194	1,01	119 872	322 878	0,37
Abril	377 794	2 451 304	0,15	603 454	49 759	12,13	269 830	259 650	1,04	117 588	323 690	0,36
Maio	365 111	2 453 748	0,15	578 101	49 964	11,57	241 660	260 281	0,93	112 623	324 302	0,35
Junho	370 141	2 458 544	0,15	593 255	50 157	11,83	233 695	261 150	0,89	102 731	324 615	0,32
Julho	363 418	2 455 485	0,15	600 371	50 216	11,96	233 007	261 561	0,89	100 732	324 974	0,31
Agosto	368 545	2 468 684	0,15	616 482	49 779	12,38	244 185	263 057	0,93	101 817	325 284	0,31
Setembro	382 677	2 477 008	0,15	616 255	49 703	12,40	259 088	264 163	0,98	106 481	325 893	0,33
Outubro	372 551	2 482 875	0,15	592 172	49 928	11,86	250 273	264 990	0,94	110 266	326 189	0,34
Novembro	373 048	2 490 152	0,15	607 097	50 097	12,12	252 911	265 977	0,95	109 395	326 535	0,34
Dezembro	371 345	2 495 584	0,15	595 238	50 032	11,90	262 853	266 491	0,99	109 951	327 097	0,34
2005												
Janeiro	394 956	2 504 352	0,16	537 608	50 057	10,74	267 640	266 845	1,00	115 872	327 474	0,35

TABELA 12 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982 - JANEIRO 2005

conclusão

ANO	ILUMINAÇÃO PÚBLICA			SERVIÇOS PÚBLICOS			PRÓPRIO			TOTAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	350 752	926	378,78	194 380	1 037	187,44	34 451	1 019	33,81	6 005 658	1 203 329	4,99
1983	366 667	931	393,84	217 676	1 148	189,61	51 427	1 073	47,93	6 392 937	1 285 725	4,97
1984	391 060	957	408,63	239 141	1 240	192,86	62 097	1 113	55,79	7 113 686	1 353 425	5,26
1985	426 117	990	430,42	249 879	1 371	182,26	60 867	1 101	55,28	8 163 344	1 470 281	5,55
1986	404 467	1 019	396,93	258 540	1 515	170,65	67 435	1 154	58,44	8 387 384	1 580 093	5,31
1987	472 246	1 029	458,94	280 669	1 627	172,51	67 805	1 198	56,60	8 979 944	1 671 139	5,37
1988	522 691	1 040	502,59	303 603	1 775	171,04	52 814	1 266	41,72	9 688 053	1 766 014	5,49
1989	542 071	1 029	526,79	311 674	1 862	167,39	53 035	1 302	40,73	10 081 795	1 863 159	5,41
1990	543 225	1 035	524,86	324 304	1 945	166,74	55 626	1 323	42,05	10 435 200	1 935 224	5,39
1991	555 513	1 041	533,63	349 943	2 069	169,14	49 385	1 314	37,58	10 826 687	2 025 430	5,35
1992	569 159	1 054	540,00	364 228	2 175	167,46	48 394	1 290	37,51	11 311 663	2 128 208	5,32
1993	581 418	1 056	550,59	385 049	2 345	164,20	48 830	1 282	38,09	12 048 216	2 248 708	5,36
1994	596 059	1 062	561,26	408 225	2 535	161,04	47 243	1 308	36,12	12 953 312	2 382 031	5,44
1995	617 280	1 066	579,06	432 308	2 695	160,41	50 285	1 368	36,75	13 998 664	2 475 295	5,65
1996	637 700	1 065	598,78	453 092	2 844	159,32	69 251	1 372	50,47	14 866 502	2 583 944	5,75
1997	664 359	2 581	257,40	468 424	2 903	161,36	72 469	1 367	53,01	15 232 899	2 641 577	5,77
1998	679 774	3 094	219,71	492 871	3 091	159,46	58 544	1 329	43,98	15 998 805	2 731 842	5,86
1999	662 423	3 180	208,31	496 069	3 165	156,74	35 725	1 152	31,01	15 203 951	2 725 793	5,58
2000	672 684	3 840	175,17	505 344	3 297	153,27	33 341	1 033	32,27	16 207 304	2 807 270	5,77
2001	675 604	4 133	163,47	518 944	3 346	155,09	27 393	593	26,52	16 617 718	2 909 131	5,71
2002	672 706	4 399	152,92	525 399	3 492	150,46	20 096	582	34,53	17 021 681	2 982 247	5,71
2003	671 510	5 208	128,94	542 456	3 553	152,68	19 608	580	33,81	16 961 714	3 066 114	5,53
Janeiro	55 670	4 411	12,62	46 845	3 490	13,42	1 721	584	2,95	1 418 369	2 998 328	0,47
Fevereiro	55 755	4 412	12,64	46 587	3 476	13,40	1 665	580	2,87	1 425 488	2 990 798	0,48
Março	55 417	4 439	12,48	43 710	3 482	12,55	1 659	583	2,85	1 396 831	3 000 406	0,47
Abril	55 689	4 463	12,48	45 571	3 461	13,17	1 689	581	2,91	1 433 303	3 009 915	0,48
Maio	55 795	4 497	12,41	44 310	3 469	12,77	1 558	581	2,68	1 364 952	3 010 400	0,45
Junho	55 811	4 517	12,36	44 738	3 487	12,83	1 496	583	2,57	1 392 775	3 024 359	0,46
Julho	56 182	4 540	12,37	44 003	3 492	12,60	1 529	584	2,62	1 384 265	3 033 281	0,46
Agosto	56 119	4 778	11,75	45 013	3 490	12,90	1 565	581	2,69	1 410 023	3 038 784	0,46
Setembro	56 270	4 881	11,53	44 473	3 533	12,59	1 557	580	2,68	1 420 135	3 042 130	0,47
Outubro	56 307	4 961	11,35	45 979	3 555	12,93	1 627	579	2,81	1 419 095	3 050 164	0,47
Novembro	56 196	5 175	10,86	46 560	3 550	13,12	1 797	581	3,09	1 453 839	3 058 613	0,48
Dezembro	56 299	5 208	10,81	44 667	3 553	12,57	1 746	580	3,01	1 429 579	3 066 114	0,47
2004	685 577	6 667	102,83	551 210	3 619	152,31	21 874	571	38,31	17 199 617	3 150 061	5,46
Janeiro	56 371	5 283	10,67	48 176	3 555	13,55	1 828	579	3,16	1 402 865	3 074 536	0,46
Fevereiro	56 456	5 378	10,50	47 089	3 555	13,25	1 973	580	3,40	1 447 368	3 079 596	0,47
Março	56 250	5 558	10,12	45 960	3 561	12,91	1 846	581	3,18	1 440 529	3 085 688	0,47
Abril	57 532	5 577	10,32	47 351	3 570	13,26	1 968	584	3,37	1 475 517	3 094 134	0,48
Maio	56 916	5 736	9,92	43 980	3 590	12,25	1 797	583	3,08	1 400 188	3 098 204	0,45
Junho	57 113	5 881	9,71	44 149	3 584	12,32	1 750	585	2,99	1 402 834	3 104 516	0,45
Julho	57 327	5 958	9,62	43 942	3 580	12,27	1 764	584	3,02	1 400 561	3 102 358	0,45
Agosto	57 488	6 175	9,31	45 867	3 598	12,75	1 801	583	3,09	1 436 185	3 117 160	0,46
Setembro	56 990	6 349	8,98	47 445	3 611	13,14	1 853	579	3,20	1 512 137	3 127 306	0,48
Outubro	57 609	6 444	8,94	45 148	3 631	12,43	1 717	579	2,97	1 429 736	3 134 636	0,46
Novembro	57 681	6 579	8,77	45 790	3 633	12,60	1 752	573	3,06	1 447 674	3 143 546	0,46
Dezembro	57 843	6 667	8,68	46 313	3 619	12,80	1 825	571	3,20	1 445 368	3 150 061	0,46
2005												
Janeiro	58 233	6 742	8,64	47 702	3 618	13,18	1 888	573	3,29	1 423 899	3 159 661	0,45

FONTE: Copel

NOTA: A totalização dos dados abrange a distribuição direta de energia, exclusive para os poderes públicos.

TABELA 13 - VENDAS DE COMBUSTÍVEIS, NO PARANÁ - 1999-2004

PERÍODO	VENDAS (m³)			
	Óleo Combustível	Gasolina ⁽¹⁾	Óleo Diesel	GLP
1999	612 534	1 619 097	2 979 938	847 527
2000	477 237	1 570 286	3 031 864	842 913
2001	408 320	1 477 508	3 229 577	819 977
2002	378 011	1 433 019	3 347 856	784 624
Janeiro	29 285	125 037	238 069	58 952
Fevereiro	30 644	121 912	251 285	59 661
Março	31 048	117 157	315 491	68 877
Abril	37 331	119 122	286 166	58 986
Maio	33 263	117 015	265 154	72 089
Junho	33 723	107 585	267 350	62 376
Julho	31 489	118 516	290 385	74 586
Agosto	31 562	115 781	297 533	67 730
Setembro	29 388	114 669	301 084	67 525
Outubro	33 943	129 388	331 778	66 908
Novembro	29 870	113 496	265 680	62 544
Dezembro	26 463	133 341	237 880	64 391
2003	288 062	1 471 381	3 437 857	760 707
Janeiro	25 267	116 164	234 057	53 169
Fevereiro	24 174	99 755	255 574	57 442
Março	35 540	105 729	304 958	60 181
Abril	30 693	122 433	287 864	58 500
Maio	29 064	132 781	296 632	65 739
Junho	28 385	116 296	265 177	62 991
Julho	31 583	127 436	299 137	70 808
Agosto	19 449	120 369	315 306	68 786
Setembro	17 061	122 516	308 080	69 414
Outubro	18 311	133 325	324 679	67 121
Novembro	14 126	122 114	278 756	61 910
Dezembro	14 410	152 463	267 636	64 646
2004	190 052	1 580 785	3 600 923	790 619
Janeiro	14 941	127 894	252 124	58 860
Fevereiro	12 690	119 384	264 817	57 378
Março	18 185	132 296	346 547	64 512
Abril	15 605	137 753	325 005	65 531
Maio	14 879	120 190	275 453	67 714
Junho	19 322	120 669	294 582	71 403
Julho	18 630	135 502	311 590	74 441
Agosto	14 836	131 435	348 684	70 303
Setembro	15 980	138 819	328 407	64 501
Outubro	14 676	133 062	307 929	65 160
Novembro	15 051	127 756	280 832	63 902
Dezembro	15 260	155 995	264 953	66 892

FONTE: ANP

NOTA: Inclui o consumo das companhias distribuidoras.

(1) Não inclui a gasolina de aviação.

TABELA 14 - ÍNDICES DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA, NO PARANÁ - 2000-2004

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)														
	2000	2001	2002	2003	jan/03	fev/03	mar/03	abr/03	maio/03	jun/03	jul/03	ago/03	set/03	out/03	nov/03
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	85,76	83,36	103,02	101,57	104,01	100,18	112,10	102,70	97,04	104,88	102,92
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	96,97	93,10	99,06	97,79	97,10	89,42	96,51	101,34	96,42	101,85	102,60
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	97,30	93,35	99,12	97,91	97,07	89,36	96,53	101,33	96,38	101,69	102,37
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	72,80	78,75	80,74	98,03	106,24	91,34	100,77	98,33	88,51	103,43	100,37
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	97,29	82,75	83,65	87,02	98,31	83,15	96,55	93,17	93,77	103,40	103,95
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	100,00
Livros, jornais, revistas e papeleria	100,00
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	100,00
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	100,00
COMÉRCIO VAREJISTA – TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	91,05	88,50	95,41	97,49	100,74	91,31	100,51	99,67	95,06	102,94	104,60

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)													
	dez/03	2004	jan/04	fev/04	mar/04	abr/04	maio/04	jun/04	jul/04	ago/04	set/04	out/04	nov/04	dez/04
Combustíveis e lubrificantes	102,47	103,84	97,09	90,40	110,57	106,53	109,65	103,72	111,23	105,08	105,11	104,25	97,72	104,73
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	127,87	111,47	100,22	100,47	109,47	113,62	106,67	102,65	111,88	106,72	108,20	118,32	110,30	149,08
Hipermercados e supermercados	127,61	111,52	100,38	100,49	109,48	113,74	106,62	102,52	111,89	106,74	108,29	118,46	110,25	149,38
Tecidos, vestuário e calçados	180,69	107,40	86,24	82,37	96,11	97,43	136,38	108,33	111,91	98,17	96,98	97,76	101,85	175,22
Móveis e eletrodomésticos	176,97	129,42	118,40	92,30	109,96	106,99	130,89	125,08	131,49	127,68	121,86	132,93	133,64	221,81
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	...	106,49	101,77	93,22	108,26	106,42	114,07	107,11	105,01	105,19	98,37	102,78	105,29	130,35
Livros, jornais, revistas e papeleria	...	87,08	120,51	110,92	97,00	78,83	86,54	71,40	76,46	76,42	67,92	68,01	73,00	118,00
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	...	97,82	112,64	85,83	116,92	104,35	125,58	111,55	92,00	89,05	80,43	75,68	96,22	83,56
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	...	114,68	100,61	115,32	105,91	111,39	112,41	100,55	101,53	100,42	94,63	110,41	115,30	207,72
COMÉRCIO VAREJISTA – TOTAL	132,69	111,29	100,67	96,43	108,06	109,22	113,14	105,60	112,67	107,11	106,46	113,71	109,35	153,01

FONTE: IBGE – Pesquisa Mensal de Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 15 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2004

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100	2101	2102	2103	2104	2105	2106	2107	2108	2109	2110	2111	2112	2113	2114	2115	2116	2117	2118	2119	2120	2121	2122	2123	2124	2125	2126	2127	2128	2129	2130	2131	2132	2133	2134	2135	2136	2137	2138	2139	2140	2141	2142	2143	2144	2145	2146	2147	2148	2149	2150	2151	2152	2153	2154	2155	2156	2157	2158	2159	2160	2161	2162	2163	2164	2165	2166	2167	2168	2169	2170	2171	2172	2173	2174	2175	2176	2177	2178	2179	2180	2181	2182	2183	2184	2185	2186	2187	2188	2189	2190	2191	2192	2193	2194	2195	2196	2197	2198	2199	2200	2201	2202	2203	2204	2205	2206	2207	2208	2209	2210	2211	2212	2213	2214	2215	2216	2217	2218	2219	2220	2221	2222	2223	2224	2225	2226	2227	2228	2229	2230	2231	2232	2233	2234	2235	2236	2237	2238	2239	2240	2241	2242	2243	2244	2245	2246	2247	2248	2249	2250	2251	2252	2253	2254	2255	2256	2257	2258	2259	2260	2261	2262	2263	2264	2265	2266	2267	2268	2269	2270	2271	2272	2273	2274	2275	2276	2277	2278	2279	2280	2281	2282	2283	2284	2285	2286	2287	2288	2289	2290	2291	2292	2293	2294	2295	2296	2297	2298	2299	2300	2301	2302	2303	2304	2305	2306	2307	2308	2309	2310	2311	2312	2313	2314	2315	2316	2317	2318	2319	2320	2321	2322	2323	2324	2325	2326	2327	2328	2329	2330	2331	2332	2333	2334	2335	2336	2337	2338	2339	2340	2341	2342	2343	2344	2345	2346	2347	2348	2349	2350	2351	2352	2353	2354	2355	2356	2357	2358	2359	2360	2361	2362	2363	2364	2365	2366	2367	2368	2369	2370	2371	2372	2373	2374	2375	2376	2377	2378	2379	2380	2381	2382	2383	2384	2385	2386	2387	2388	2389	2390	2391	2392	2393	2394	2395	2396	2397	2398	2399	2400	2401	2402	2403	2404	2405	2406	2407	2408	2409	2410	2411	2412	2413	2414	2415	2416	2417	2418	2419	2420	2421	2422	2423	2424	2425	2426	2427	2428	2429	2430	2431	2432	2433	2434	2435	2436	2437	2438	2439	2440	2441	2442	2443	2444	2445	2446	2447	2448	2449	2450	2451	2452	2453	2454	2455	2456	2457	2458	2459	2460	2461	2462	2463	2464	2465	2466	2467	2468	2469	2470	2471	2472	2473	2474	2475	2476	2477	2478	2479	2480	2481	2482	2483	2484	2485	2486	2487	2488	2489	2490	2491	2492	2493	2494	2495	2496	2497	2498	2499	2500	2501	2502	2503	2504	2505	2506	2507	2508	2509	2510	2511	2512	2513	2514	2515	2516	2517	2518	2519	2520	2521	2522	2523	2524	2525	2526	2527	2528	2529	2530	2531	2532	2533	2534	2535	2536	2537	2538	2539	2540	2541	2542	2543	2544	2545	2546	2547	2548	2549	2550	2551	2552	2553	2554	2555	2556	2557	2558	2559	2560	2561	2562	2563	2564	2565	2566	2567	2568	2569	2570	2571	2572	2573	2574	2575	2576	2577	2578	2579	2580	2581	2582	2583	2584	2585	2586	2587	2588	2589	2590	2591	2592	2593	2594	2595	2596	2597	2598	2599	2600	2601	2602	2603	2604	2605	2606	2607	2608	2609	2610	2611	2612	2613	2614	2615	2616	2617	2618	2619	2620	2621	2622	2623	2624	2625	2626	2627	2628	2629	2630	2631	2632	2633	2634	2635	2636	2637	2638	2639	2640	2641	2642	2643	2644	2645	2646	2647	2648	2649	2650	2651	2652	2653	2654	2655	2656	2657	2658	2659	2660	2661	2662	2663	2664	2665	2666	2667	2668	2669	2670	2671	2672	2673	2674	2675	2676	2677	2678	2679	2680	2681	2682	2683	2684	2685	2686	2687	2688	2689	2690	2691	2692	2693	2694	2695	2696	2697	2698	2699	2700	2701	2702	2703	2704	2705	2706	2707	2708	2709	2710	2711	2712	2713	2714	2715	2716	2717	2718	2719	2720	2721	2722	2723	2724	2725	2726	2727	2728	2729	2730	2731	2732	2733	2734	2735	2736	2737	2738	2739	2740	2741	2742	2743	2744	2745	2746	2747	2748	2749	2750	2751	2752	2753	2754	2755	2756	2757	2758	2759	2760	2761	2762	2763	2764	2765	2766	2767	2768	2769	2770	2771	2772	2773	2774	2775	2776	2777	2778	2779	2780	2781	2782	2783	2784	2785	2786	2787	2788	2789	2790	2791	2792	2793	2794	2795	2796	2797	2798	2799	2800	2801	2802	2803	2804	2805	2806	2807	2808	2809	2810	2811	2812	2813	2814	2815	2816	2817	2818	2819	2820	2821	2822	2823	2824	2825	2826	2827	2828	2829	2830	2831	2832	2833	2834	2835	2836	2837	2838	2839	2840	2841	2842	2843	2844	2845	2846	2847	2848	2849	2850	2851	2852	2853	2854	2855	2856	2857	2858	2859	2860	2861	2862	2863	2864	2865	2866	2867	2868	2869	2870	2871	2872	2873	2874	2875	2876	2877	2878	2879	2880	2881	2882	2883	2884	2885	2886	2887	2888	2889	2890	2891	2892	2893	2894	2895	2896	2897	2898	2899	2900	2901	2902	2903	2904	2905	2906	2907	2908	2909	2910	2911	2912	2913	2914	2915	2916	2917	2918	2919	2920	2921	2922	2923	2924	2925	2926	2927	2928	2929	2930	2931	2932	2933	2934	2935	2936	2937	2938	2939	2940	2941	2942	2943	2944	2945	2946	2947	2948	2949	2950	2951	2952	2953	2954	2955	2956	2957	2958	2959	2960	2961	2962	2963	2964	2965	2966	2967	2968	2969	2970	2971	2972	2973	2974	2975	2976	2977	2978	2979	2980	2981	2982	2983	2984	2985	2986	2987	2988	2989	2990	2991	2992	2993	2994	2995	2996	2997	2998	2999	3000	3001	3002	3003	3004	3005	3006	3007	3008	3009	3010	3011	3012	3013	3014	3015	3016	3017	3018	3019	3020	3021	3022	3023	3024	3025	3026	3027	3028	3029	3030	3031	3032	3033	3034	3035	3036	3037	3038	3039	3040	3041	3042	3043	3044	3045	3046	3047	3048	3049	3050	3051	3052	3053	3054	3055	3056	3057	3058	3059	3060	3061	3062	3063	3064	3065	3066	3067	3068	3069	3070	3071	3072	3073	3074	3075	3076	3077	3078	3079	3080	3081	3082	3083	3084	3085	3086	3087	3088	3089	3090	3091	3092	3093	3094	3095	3096	3097	3098	3099	3100	3101	3102	3103	3104	3105	3106	3107	3108	3109	3110	3111	3112	3113	3114	3115	3116	3117	3118	3119	3120	3121	3122	3123	3124	3125	3126	3127	3128	3129	3130	3131	3132	3133	3134	3135	3136	3137	3138	3139	3140	3141	3142	3143	3144	3145	3146	3147	3148	3149	3150	3151	3152	3153	3154	3155	3156	3157	3158	3159	3160	3161	3162	3163	3164	3165	3166	3167	3168	3169	3170	3171	3172	3173	3174	3175	3176	3177	3178	3179	3180	3181	3182	3183	3184	3185	3186	3187	3188	3189	3190	3191	3192	3193	3194	3195	3196	3197	3198	3199	3200	3201	3202	3203	3204	3205	3206	3207	3208	3209	3210	3211	3212	3213	3214	3215	3216	3217	3218	3219	3220	3221	3222	3223	3224	3225	3226	3227	3228	3229	3230	3231	3232	3233	3234	3235	3236	3237	3238	3239	3240	3241	3242	3243	3244	3245	3246	3247	3248	3249	3250	3251	3252	3253	3254	3255	3256	3257	3258	3259	3260	3261	3262	3263	3264	3265	3266	3267	3268	3269	3270	3271	3272	3273	3274	3275	3276	3277	3278	3279	3280	3281	3282	3283	3284	3285	3286	3287	3288	3289	3290	3291	3292	3293	3294	3295	3296	3297	3298	3299	3300	3301	3302	3303	3304	3305	3306	3307	3308	3309	3310	3311	3312	3313	3314	3315	3316	3317	3318	3319	3320	3321	3322	3323	3324	3325	3326	3327	3328	3329	3330	3331	3332	3333	3334	3335	3336	3337	3338	3339	3340	3341	3342	3343	3344	3345	3346

TABELA 16 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2001-2004

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: 2001 = 100)													
	2001	2002	2003	Jan/03	Fev/03	Mar/03	Abr/03	Mai/03	Jun/03	Jul/03	Ago/03	Set/03	Out/03	Nov/03
Indústria geral	100,00	100,22	102,65	100,35	101,08	101,97	102,43	103,39	103,39	103,13	103,24	104,51	103,35	103,48
Indústrias extrativas	100,00	96,26	91,98	95,84	96,52	97,89	96,84	95,79	97,05	91,46	91,25	90,41	83,57	83,87
Indústria de transformação	100,00	100,27	102,78	100,41	101,15	102,02	102,50	103,48	103,46	103,26	103,38	104,68	103,58	103,71
Alimentos e bebidas	100,00	108,69	119,34	109,63	108,94	113,51	118,04	118,94	120,28	120,41	121,52	124,95	127,66	126,78
Fumo	100,00	94,35	86,70	50,43	171,00	180,85	174,18	104,34	53,33	52,46	52,17	52,17	51,59	50,43
Têxtil	100,00	100,60	95,15	98,25	96,86	96,88	93,27	94,98	94,74	95,36	95,84	95,66	93,33	94,06
Vestuário	100,00	110,60	120,82	117,62	116,98	119,21	119,01	121,14	120,55	127,25	123,93	125,08	121,76	120,19
Calçados e couro	100,00	92,12	83,03	88,35	88,38	87,05	83,70	84,68	81,76	80,06	79,18	83,47	82,48	81,47
Madeira	100,00	90,52	87,71	91,52	93,16	92,73	90,37	89,69	89,35	84,73	85,48	85,78	83,39	82,92
Papel e gráfica	100,00	102,00	112,58	110,62	113,98	114,47	108,90	108,02	107,79	113,23	113,38	113,65	114,94	116,17
Refino de petróleo e combustíveis	100,00	107,12	148,91	87,92	90,95	98,56	120,37	187,11	190,39	189,46	190,36	190,30	161,53	143,19
Produtos químicos	100,00	96,83	87,29	89,69	90,55	90,37	88,33	84,34	81,70	86,36	86,14	89,05	92,58	88,47
Borracha e plástico	100,00	103,79	92,86	98,23	97,83	96,39	97,41	97,69	96,47	93,98	92,28	90,34	82,97	84,94
Minerais não-metálicos	100,00	110,98	108,27	110,09	109,05	108,71	108,61	108,42	106,96	113,03	111,93	113,22	105,07	102,77
Metalurgia básica	100,00	84,00	76,32	73,15	75,37	74,70	79,05	79,52	84,71	79,47	71,90	71,24	76,69	77,09
Produtos de metal ⁽¹⁾	100,00	94,47	96,42	94,93	100,54	102,08	102,48	96,96	96,51	95,24	94,44	94,36	92,09	93,24
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	100,00	110,52	124,33	119,29	119,83	119,88	124,84	125,85	123,26	118,04	120,69	121,09	122,56	139,08
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	100,00	101,98	92,26	103,37	102,59	96,72	91,37	92,37	93,00	89,91	88,54	87,71	87,18	86,98
Fabricação de meios de transporte	100,00	90,93	96,31	92,53	93,86	94,67	95,44	96,02	96,91	97,68	98,38	97,81	98,58	97,07
Fabricação de outros produtos	100,00	81,57	71,71	71,28	71,31	70,61	70,49	69,26	70,76	68,16	70,04	73,78	74,92	75,05

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: 2001=100)													
	Dez/03	2004	Jan/04	Fev/04	Mar/04	Abr/04	Mai/04	Jun/04	Jul/04	Ago/04	Set/04	Out/04	Nov/04	Dez/04
Indústria geral	101,53	106,86	102,04	102,11	102,97	105,31	107,63	108,34	107,43	108,89	109,27	109,75	110,56	107,97
Indústrias extrativas	83,25	83,99	84,30	85,40	86,21	86,90	87,85	87,59	81,78	82,72	83,24	82,08	80,55	79,30
Indústria de transformação	101,75	107,14	102,24	102,30	103,16	105,53	107,87	108,59	107,75	109,22	109,60	110,10	110,94	108,33
Alimentos e bebidas	121,43	125,33	120,01	118,61	120,70	123,00	123,88	123,39	122,71	126,53	128,88	130,37	133,23	132,65
Fumo	47,53	106,92	68,69	184,90	189,25	235,62	222,87	53,33	52,74	53,62	54,49	54,19	55,36	57,97
Têxtil	92,58	93,80	92,42	95,25	98,01	95,44	95,08	94,50	94,06	93,78	93,75	91,62	91,82	89,90
Vestuário	117,09	138,58	120,73	118,20	118,69	131,57	140,91	142,76	145,06	147,46	147,47	151,78	151,80	146,53
Calçados e couro	75,78	75,78	76,47	74,65	69,70	71,73	72,48	73,22	76,77	80,98	79,83	79,25	77,54	76,77
Madeira	83,40	89,81	86,56	88,25	90,99	91,86	90,66	90,62	91,24	91,69	90,68	88,85	89,54	86,82
Papel e gráfica	115,79	116,13	116,62	116,82	115,00	115,09	114,35	115,30	114,68	115,59	117,47	117,58	117,84	117,16
Refino de petróleo e combustíveis	136,84	153,74	96,31	97,42	105,34	128,15	180,68	185,61	185,11	183,67	184,77	183,86	181,17	132,82
Produtos químicos	79,94	86,40	81,39	84,09	84,29	85,45	87,23	90,41	87,16	85,49	87,08	90,12	88,61	85,50
Borracha e plástico	85,78	91,25	87,14	88,14	87,42	89,46	90,27	90,27	92,36	94,06	94,16	93,74	94,20	93,77
Minerais não-metálicos	101,32	111,57	104,62	107,41	105,28	114,83	113,53	115,86	112,96	114,61	111,05	110,43	111,81	116,47
Metalurgia básica	72,98	72,92	74,93	75,17	74,43	71,33	70,51	70,13	71,82	72,10	75,55	72,87	73,07	73,17
Produtos de metal ⁽¹⁾	94,15	95,87	96,41	96,39	96,51	97,72	96,89	96,98	90,45	95,80	94,79	94,59	98,46	95,46
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	137,58	136,63	139,35	135,85	137,77	136,79	136,96	137,72	134,21	134,20	135,47	138,32	139,31	133,60
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	87,35	86,33	87,01	87,66	87,86	85,85	91,24	90,77	83,67	82,95	84,38	85,03	85,04	84,50
Fabricação de meios de transporte	96,79	104,83	97,54	98,14	98,33	99,79	102,61	107,07	106,96	107,22	107,90	110,09	110,82	111,51
Fabricação de outros produtos	74,84	75,17	75,62	74,50	74,38	72,61	75,82	77,49	76,74	76,88	75,91	75,34	74,74	72,04

FONTE: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 17 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2005

ANO	SETORES (número de vagas)						Total
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
Janeiro	2 414	647	366	1 682	-177	-	4 932
Fevereiro	3 558	-117	1 552	5 534	243	-	10 770
Março	3 210	-706	956	1 042	1 117	5	5 624
Abril	6 850	-874	2 837	1 546	6 915	3	17 277
Mai	3 418	995	2 141	1 455	8 202	5	16 216
Junho	912	-566	1 901	1 186	1 796	-	5 229
Julho	752	-549	1 593	1 232	443	-	3 471
Agosto	2 157	-608	2 380	5 311	-542	-	8 698
Setembro	4 106	336	2 737	2 875	59	-	10 113
Outubro	1 416	-36	2 683	2 810	135	-	7 008
Novembro	-1 024	-78	5 742	1 965	-2 393	-	4 212
Dezembro	-9 703	-2 347	-114	-9 293	-9 723	-	-31 180
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
Janeiro	1 699	828	768	2 489	374	-	6 158
Fevereiro	4 276	-100	3 492	4 389	-302	-	11 755
Março	8 436	-16	3 395	3 389	1 806	-	17 010
Abril	11 360	-310	2 274	3 855	5 271	-	22 450
Mai	9 842	1 745	3 318	4 859	5 337	-	25 101
Junho	4 556	-173	2 769	3 048	1 866	-	12 066
Julho	4 240	-337	3 145	3 949	774	-	11 771
Agosto	6 616	1 438	4 969	5 167	762	-	18 952
Setembro	6 281	421	2 731	3 032	481	-	12 946
Outubro	4 274	369	3 539	2 029	-32	2	10 181
Novembro	-939	-675	5 617	1 859	-286	-1	5 575
Dezembro	-11 549	-1 173	-968	-7 914	-9 113	-	-31 317
2005	987	300	1 252	2 911	-2 251	1	3 200
Janeiro	987	300	1 252	2 911	-2 251	1	3 200

FONTE: CAGED – MTE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 18 - TAXA DE DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA -
DEZ 2002 – DEZ 2004

PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO (%) ⁽¹⁾
2002	
Dezembro	6,4
2003	
Janeiro	7,8
Fevereiro	9,0
Março	10,0
Abril	9,6
Mai	10,2
Junho	10,2
Julho	10,3
Agosto	8,4
Setembro	8,4
Outubro	8,5
Novembro	8,0
Dezembro	6,5
2004	
Janeiro	7,1
Fevereiro	7,5
Março	8,9
Abril	8,2
Mai	8,4
Junho	8,7
Julho	8,9
Agosto	8,2
Setembro	7,9
Outubro	8,4
Novembro	8,0
Dezembro	7,2

FONTES: PME-IPARDES/IBGE

NOTA: A taxa de desemprego é denominada pelo IBGE como taxa de desocupação.

(1) Período de referência de procura do trabalho: 30 dias.

TABELA 19 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 1995-2004

ANO	PARANÁ		BRASIL	
	Valor (R\$ milhão) ⁽¹⁾	Varição Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽¹⁾	Varição Real (%)
1995	38 369	1,78	646 192	4,22
1996	47 720	7,24	778 887	2,66
1997	52 849	0,89	870 743	3,27
1998	56 798	5,30	914 188	0,13
1999	61 724	2,32	973 846	0,79
2000	65 969	5,06	1 101 255	4,36
2001	72 770	4,59	1 198 736	1,31
2002	81 449	1,70	1 346 028	1,93
2003 ⁽²⁾	96 663	3,80	1 556 182	0,54
2004 ⁽²⁾	...	2,4	...	5,2

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Preços correntes.

(2) Estimativa.